

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 011

PRESIDENTE - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Autoridades presentes, senhores e senhoras, boa-tarde!

Em nome da augusta Assembléia Legislativa, declaro aberta a presente Audiência Pública, com a finalidade de discutir amplamente a problemática dos organismos geneticamente modificados.

Convido para compor a Mesa o Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado de Mato Grosso, Vice-Presidente da FAMATO e Superintendente do SENAR, Sr. Homero Alves Pereira (PALMAS); o Sr. Nilder Costa, Editor do EIR Alerta Científico e Ambiental do Rio de Janeiro (PALMAS); a Dr^a Vânia Moda Cirino, pesquisadora do Instituto Agrônômico do Paraná e membro da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, neste ato representando o Dr. Erny Plesmeim de Camargo, Presidente do CNPq (PALMAS); o Dr. Vicente José Phul, Coordenador do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD (PALMAS).

Mais uma vez, a Presidência da Assembléia Legislativa agradece ao Deputado Zeca D'Ávila, que tem sido um Deputado atuante no setor de agronegócio do Estado de Mato Grosso, particularmente antenado com este momento em que o Brasil discute os transgênicos e, com certeza, um momento importante para o mundo científico do nosso Estado.

Esta Audiência Pública foi convocada pelo eminente Deputado Zeca D'Ávila.

Nós comunicamos que caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os integrantes da Mesa poderá fazer no momento oportuno, com prévia inscrição e disporá de três minutos, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Nós queremos conceder a palavra ao eminente Deputado Zeca D'Ávila, autor do Requerimento desta Audiência Pública.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Eminente companheiro, Deputado J. Barreto, quero agradecer a sua presença primeiramente, e mais do que a sua presença quero agradecê-lo, na Presidência daquela Casa Leis, da Assembléia Legislativa, quando da minha solicitação desta Audiência Pública, pela sua aquiescência e de todos os Parlamentares daquela Casa.

Quero agradecer a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Sr. Homero Alves Pereira, companheiro na Federação da Agricultura; do nosso companheiro Nilder Costa, que veio do Rio de Janeiro especificamente para falar a respeito do assunto; do Sr. Vicente José Phul, Coordenador do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD; da Dr^a Vânia Moda Cirino, representante do CNPq, aqui também presente.

Quero dizer inicialmente da minha satisfação pela atenção da Assembléia Legislativa em conceder esta Audiência Pública. Quero dizer também da minha satisfação pela presença do Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural, Homero Alves Pereira, do Sr. Vicente José Phul, do Sr. Nilder Costa e da Sr^a Vânia Moda Cirino.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Como representante da classe, Presidente da FAMATO, e como Deputado Estadual requerente desta Audiência Pública, manifesto a minha insatisfação pela ausência de autoridades deste País, deste Estado, também convocadas para esta Audiência Pública sobre um assunto de tamanha relevância para a agropecuária mato-grossense e brasileira. Causa-nos preocupação... Não podemos deixar de registrar, e aqui fazendo uma ressalva, ao setor produtivo, ou seja, ao produtor rural, a não-participação do setor produtivo, do produtor rural nesta reunião. É uma ressalva que merece ser feita, mas ressaltando que não poderia ser o todo, uma vez que há produtores que ainda estão passando pelo processo final de colheita. Muitos deles, aproveitando o tempo, têm que estar trabalhando e não poderiam estar presentes. Mas eu tenho certeza de que uma parcela significativa poderia estar aqui, discutindo um assunto de tamanha envergadura e relevância, que é de interesse do segmento produtivo. Gostaria de deixar registrada essa ressalva ao segmento produtivo. Apesar de tudo, sinto-me feliz por estar aqui para discutir esse assunto.

Deputado J. Barreto, eu sei da sua agenda, do compromisso que Vossa Excelência tem, agora, em Campo Grande, às 17:00 horas, e, por isso, tem que se ausentar para o aeroporto para que possa embarcar para lá. Se Vossa Excelência quiser falar algo mais, eu lhe passo a palavra. Se Vossa Excelência não tiver mais nada que dizer, fique inteiramente à vontade. Vossa Excelência, a hora que entender necessário sair, fique inteiramente à vontade.

Meus amigos, nós estamos aí nessa cruzada nacional com alguns episódios recentemente ocorridos no País.

Eu estou vindo de Brasília agora. Cheguei quase que em cima da hora, porque ainda tive que passar numa reunião com o ex-Ministro Alison Paulinelli, que está na cidade, a convite do segmento, para ver algumas situações inerentes ao setor pecuário exclusivamente.

Está aqui na minha mão a Medida Provisória n° 113, de 26 de março de 2003, que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra 2003, e dá outras providências. Essa medida provisória é calcada basicamente em cima da soja transgênica, plantada, produzida e colhida recentemente no Rio Grande do Sul.

Vejam os senhores que houve por parte do Governo a liberação, a partir de 1° de janeiro de 2003 a 1° de janeiro de 2004, da comercialização dessa produção do Estado do Rio Grande do Sul, calcada em cima da produção daquele Estado e em cima de produtores diversificados, independentemente de tamanho. Existe essa medida provisória no Congresso Nacional, que deverá ser votada em breve, até para que não emperre a pauta.

Também queremos ressaltar que agora, recentemente, tivemos um episódio no Estado do Ceará, que tem uma avicultura bastante avançada. Devido à falta de milho no Brasil, o Estado do Ceará importou milho da Argentina e houve um problema no descarregamento, que foi proibido. O setor da avicultura entrou com uma liminar em Fortaleza e obteve o consentimento para que fosse descarregado o milho que seria utilizado na avicultura, desde que, após o abate daquelas aves, fosse colocado um selo, dizendo que aquela ave fora tratada com milho transgênico.

Esses dois, então, foram os mais recentes episódios que ocorreram em nosso País.

Eu vou ser breve. Eu sou um pouco antileitor de discurso. Eu tenho um discurso bastante detalhado que eu trouxe lá da Confederação Nacional da Agricultura, mas eu sou muito arreado a ler discurso. Eu gosto de falar na minha espontaneidade, no meu sentimento, dizer e expressar o que eu sinto a respeito de qualquer assunto quando em discussão.

Eu vejo com bastante clareza essa questão e gostaria de perguntar ao pessoal da TV Assembléia se já está pronto o vídeo que eu trouxe de Brasília, editado no Rio Grande do Sul, para que nós possamos mostrá-lo.

(NESTE MOMENTO, É EXIBIDO O VÍDEO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Neste momento, eu quero passar a direção dos trabalhos ao eminente Deputado Zeca D'Ávila, autor do Requerimento desta Audiência Pública, tendo em vista compromisso anteriormente assumido.

(O SR. DEPUTADO ZECA D'ÁVILA ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 15:15 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - A demora para adaptar o vídeo foi maior do que o tempo do vídeo, mas valeu a demora. Ontem, à noite, eu tive a oportunidade de assistir a esse vídeo, coincidentemente lá em Brasília, e pedi que tirassem uma cópia em razão desta reunião na tarde de hoje.

Eu não vou me alongar muito, até porque a Dr^a Vânia, o Sr. Nilder, o Sr. Homero e o Sr. Vicente irão falar.

Eu acho que esse vídeo já mostra muita coisa do que queremos e do que podemos fazer. Eu espero que nós possamos desta Audiência Pública tirar uma avaliação concreta para que nós possamos, amanhã, ter um documento do Estado de Mato Grosso para os nossos Parlamentares Federais, para que eles possam, lá no Congresso Nacional, quando da discussão, ter a posição do Estado de Mato Grosso.

Já tive a oportunidade de agora, ali na entrada, dar algumas entrevistas para as emissoras de televisão. Os repórteres são bastante duros nas suas perguntas. As perguntas deles são sempre se somos a favor ou contra os transgênicos. Normalmente, a pergunta é desta forma para, então, fazerem o desdobramento da pergunta.

Quero encerrar a minha fala, para que a Dr^a Vânia use da palavra, dizendo que sou a favor de uma forma bastante democrática, de uma forma bastante optativa. O produtor que deve fazer a opção e, nessa opção, fazer o que bem lhe convier, nada por imposição, mas demonstrando consciência. Eu tenho certeza de que os produtores estão bastante conscientes. Acredito que nós vamos ter mercado, sim, para os dois produtos.

Espero, com bastante convicção, que lá na frente o mercado da produção brasileira e mundial seja de transgênicos. É necessário um espaço de tempo, devido a algumas dúvidas que pairam na cabeça do produtor, para que faça a opção de ficar com o produto transgênico ou com o convencional.

Sou a favor e comungo com os técnicos e cientistas brasileiros. Nós temos pessoas de qualidade e capacidade técnica que não deixam nada a desejar, quando comparadas com qualquer técnico, qualquer cientista de qualquer país do mundo.

Para encerrar, reafirmo aqui a minha saudação inicial, dizendo da nossa satisfação ao realizar esta Audiência Pública.

Com a palavra, a Dr^a Vânia Moda Cirino, engenheira agrônoma, pesquisadora do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, representando o Presidente do CNPq.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Boa-tarde a todos!

Excelentíssimo Sr. Deputado Zeca D'Ávila, demais autoridades aqui presentes e caros colegas da plenária:

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Zeca D'Ávila por essa Audiência Pública, que tem por objetivo discutir um dos temas mais relevantes para a agricultura brasileira, que é a questão dos organismos geneticamente modificados.

Antes de iniciar a minha conversa, a minha apresentação, que vai ser bastante breve... Eu acho que tenho dez minutos, Sr. Deputado?

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Pode ficar à vontade.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu vou procurar me manter dentro do tempo estabelecido.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de dizer que é um prazer imenso estar aqui, hoje, no Estado de Mato Grosso, porque foi este Estado que me acolheu quando eu era recém-formada, há vinte e poucos anos. Aqui eu tive a oportunidade de iniciar as minhas atividades profissionais. Então, muito do que sou hoje, devo ao Estado de Mato Grosso.

Retornar a este Estado é sempre um grande privilégio, lugar onde desenvolvi, por algum tempo, minhas atividades na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Hoje, estamos aqui para falar das questões relacionadas aos organismos geneticamente modificados, mais especificamente do caso das plantas geneticamente modificadas.

Nas últimas décadas, com o advento das técnicas de Engenharia Genética, mais precisamente com a descoberta das enzimas de restrição, que são capazes de cortar o DNA de um indivíduo em determinadas seqüências, e das enzimas de ligação, que permitem juntar as seqüências de DNA, abriu-se uma nova fronteira, uma nova possibilidade para a ciência. Isso, juntado às técnicas de transformações genéticas, possibilitou, então, o desenvolvimento de novos produtos.

Essa tecnologia que nós chamamos de tecnologia do DNA recombinante possibilitou aumentar a produção e também possibilitou agregar valor a esses produtos. Hoje, nós temos uma gama muito grande de produtos geneticamente modificados ou de produtos derivados de organismos geneticamente modificados à disposição da sociedade.

Essa tecnologia teve um grande impacto na indústria farmacêutica e também na agricultura, que foram os dois setores que mais impactaram com essa tecnologia da engenharia genética, vamos assim dizer, de maneira bastante resumida.

A indústria farmacêutica foi a pioneira em colocar à disposição da sociedade o primeiro produto derivado de organismos geneticamente modificados, que foi a insulina, por volta de 1982. A partir daí, uma grande quantidade de produtos surgiu, como o hormônio de crescimento humano, os interferons, interlucinas, vacinas, inclusive na indústria química também, como esses sabões em pó que usamos, que clareiam roupas, etc. que possuem enzimas derivadas de organismos geneticamente modificados. A indústria de iogurte, a indústria da panificação, até o processamento de vinho, cerveja, de fermentação, de fabricação de queijo, etc. beneficiaram-se grandemente dessa tecnologia dos organismos geneticamente modificados, da tecnologia do DNA recombinante.

Na indústria agrícola, no setor agrícola, a polêmica surgiu com maior impacto, com maior ênfase. Por quê? Porque as modificações genéticas feitas nas plantas, através dessa tecnologia, têm por finalidade beneficiar quase que exclusivamente o agricultor, possibilitando uma redução de insumos. Não se observa aumento de rendimento nessas plantas, mas uma grande redução no custo de produção, redução na utilização de insumos, redução no uso de herbicidas, ou então utilização de um herbicida de um custo menor, redução no uso de inseticidas, como no caso dos eventos com tolerância a insetos.

Nos últimos anos, esforços têm sido dirigidos, principalmente por instituições públicas, entidades públicas, para que essa tecnologia seja utilizada na agricultura visando a benefícios sociais. Por exemplo, arroz com maior teor de betacaroteno, que foi desenvolvido favorecendo milhares de pessoas que são cegas por deficiência de vitamina A, principalmente na Ásia, onde o arroz é uma das principais ou única fonte de alimentação; arroz com maior teor de ferro e outros produtos com maior teor de aminoácidos, maior teor de vitaminas.

Hoje, nós podemos dizer que a ciência das plantas geneticamente modificadas tem por finalidade, por objetivo, trazer benefícios apenas para um segmento da cadeia produtiva, que é o agricultor, ficando o segmento final, o consumidor, muitas vezes, sem ter vantagens nessa tecnologia. Daí gera-se toda polêmica, coisa que não aconteceu no setor farmacêutico, onde o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

consumidor final vê vantagens nessa tecnologia, maior disponibilidade desses produtos, produtos a preços mais acessíveis e, também, por uma questão de sobrevivência, ou ele usa o produto, ou então ele sucumbe, sofre, padece daquela patologia.

No caso das plantas geneticamente modificadas, a polêmica gerada é que o consumidor final, muitas vezes, não vê benefício ainda nessa tecnologia, porém, no futuro mais próximo, provavelmente o consumidor final passará a ter benefícios com essa tecnologia.

Bom, a tecnologia, hoje, das plantas geneticamente modificadas... Nunca se viu uma euforia tão grande com uma tecnologia como se viu nessa questão das plantas geneticamente modificadas. Nem quando o milho híbrido foi colocado à disposição dos agricultores, não teve uma adoção tão rápida como tiveram as plantas geneticamente modificadas. Hoje, se nós formos... Eu tinha preparado uma apresentação com gráficos, etc, mas não vem ao caso, porque tudo que está lá saiu daqui e nós vamos tentar passar para os senhores de maneira mais rápida.

A primeira planta geneticamente modificada foi obtida em 1983. As primeiras comercializações, os primeiros plantios comerciais dessas plantas passaram a ser efetuados por volta de 1994. Em 1996, nós tínhamos, no mundo, aproximadamente dez milhões de hectares cultivados com plantas geneticamente modificadas; em 1998, nós tínhamos vinte e sete milhões; em 1999, aumentou em torno de 44% essa área, passando para aproximadamente trinta e nove milhões de hectares; hoje, segundo os dados atuais, as estatísticas atuais, nós temos cinquenta e dois milhões de hectares de cultivos comerciais utilizando plantas geneticamente modificadas.

Essas plantas geneticamente modificadas, essa tecnologia do DNA recombinante, para o melhoramento de plantas, nada mais é do que uma ferramenta de trabalho que possibilita aumentar a variabilidade genética. Se nós não tivermos variabilidade genética, não é possível fazer melhoramento, não é possível fazer seleção. Essa técnica possibilitou ampliar a variabilidade genética, possibilitou transferir genes de espécies não relacionadas, ela quebrou o impedimento, a barreira de transferência gênica imposta pela compatibilidade sexual entre as espécies. Com essa técnica, hoje é possível transferir genes de qualquer espécie, de qualquer organismo, genes de humanos, de peixes, de microorganismos, de animais, para as plantas. Não dependemos mais da compatibilidade sexual entre as espécies. Isso não significa que, hoje, o melhoramento de plantas, o desenvolvimento de novas variedades é feito de maneira rápida, ou como eu uso dizer “feito no microondas”. Coloca uma variedade lá, aperta um minuto e sai uma nova variedade. Muito pelo contrário, a utilização, o desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas exige várias etapas. No mínimo, três etapas têm de ser cumpridas para o desenvolvimento de uma variedade comercial geneticamente modificada. E muitas das etapas do desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas são similares ao do desenvolvimento de plantas e variedades convencionais.

Quais são as principais diferenças? Nós temos que fazer, no melhoramento convencional, cruzamentos para inserir aquela variabilidade dentro daquela planta. No melhoramento transgênico, o que nós fazemos? Inserimos os genes através das técnicas de transformação genética de plantas, mas nós temos que fazer cruzamentos para fixar esses genes, temos que fazer avaliação, seleção e, além disso, testes de adaptabilidade e, muito mais, temos que fazer as avaliações de riscos. Mas que riscos são esses? Ora, como nós estamos trabalhando com a introdução de genes de espécies não compatíveis, surgem dúvidas quanto à segurança desses organismos geneticamente modificados. Daí surge toda a questão de biossegurança.

Como nós estamos trabalhando com genes que, muitas vezes, um melhorista convencional nunca trabalhou, inserindo isso nas plantas, como, por exemplo, genes que possibilitam a síntese de plásticos biodegradáveis, com a introdução de genes que sintetizam fármacos dentro das plantas, genes que sintetizam proteínas com ação inseticida dentro das plantas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

é necessário, sim, efetuar uma avaliação de risco antes que essas variedades sejam liberadas para consumo, sejam colocadas para a utilização dos agricultores, e, conseqüentemente, os seus produtos consumidos pela população, pela sociedade. Essa avaliação de risco deve considerar os impactos, os riscos à saúde humana, animal, vegetal, ao meio ambiente e à biodiversidade. Por quê? Bom, essa avaliação de risco nós temos que efetuar ainda levando em consideração caso a caso. Essa avaliação de risco tem que ser feita de maneira transparente e embasada na ciência, embasada em informações geradas ou publicadas em periódicos de alta credibilidade científica. Nessa, ela tem que ser feita de maneira isenta. Na avaliação de risco, nós não podemos colocar ideologias, não podemos colocar preferências e nem posições pessoais. Nós temos que fazer uma análise de risco científica, levando em consideração os impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

Pôxa! Então, a Vânia está assustando todos nós hoje. Não!

Quais são os principais pontos que nós temos que considerar em uma avaliação de risco? Em uma avaliação de risco para a saúde humana, nós podemos, sim, utilizar dados e informações geradas em outros países. Agora, uma avaliação de risco ambiental tem que ser feita aqui, no local onde essa tecnologia irá ser utilizada, irá ser liberada.

Numa avaliação de risco para a saúde humana, que tipo de análise nós temos que fazer? Confesso a todos vocês que ainda não temos métodos impostos, metodologias já impostas e definidas para essas avaliações. Atualmente, existe um grupo dentro dos códigos alimentares, que é um órgão ligado à Organização Mundial de Saúde e à FAO, que está estudando e propondo, agora em junho ou julho de 2003 quando serão publicados todos os testes, os protocolos que devem ser efetuados para se proceder à avaliação de risco à saúde humana das plantas geneticamente modificadas .

Em síntese, o que nós devemos levar em consideração quando nós fazemos essa análise de risco? Alergenicidade, se a proteína expressa por esse transgênico causa alergias. Para isso tem uma série de metodologia, de métodos e análises que devem ser feitos. Toxicidade, se essa proteína tem efeito tóxico ou se o organismo de onde foi retirado esse gene já tinha um histórico de produzir algum composto tóxico. Digestibilidade, se quando ingerimos essas proteínas, elas são degradadas pelo suco gástrico e sucos intestinais. Ocorreu, por exemplo, um problema com aquela proteína *Cry9c*, em que a digestibilidade praticamente não ocorria. Foi feito o *recaal* nos Estados Unidos e foi retirado do mercado o milho *StarLink*. Termoestabilidade, quando, por exemplo, vamos fazer uma ração com a soja, temos que verificar se aquela proteína é termoestável, ou então se ela é quebrada, é decomposta em altas temperaturas; temos que verificar a composição físico-química desse material, se houve alteração na composição de lipídios, na composição de carboidratos, se houve síntese de alguma outra nova proteína, e por aí vai.

Na questão ambiental, o que devemos avaliar? Na questão ambiental, repetimos que também a análise de risco deve ser feita caso a caso, levando em consideração a espécie a ser liberada, o organismo que doou esse gene, a função desse gene no organismo doador. Por exemplo, a espécie a ser liberada é uma espécie nativa ou é uma espécie introduzida no país? Existem parentais silvestres no país, na área onde ela vai ser liberada, que trocam genes, então, descendentes férteis? Existem, por exemplo, plantas invasoras que cruzam facilmente com essa espécie a ser liberada? Como é a ação dessa proteína expressa por esse transgene nos insetos alvos, por exemplo, no caso de um OGM tolerante a insetos, e nos insetos não alvos? Como é a taxa de degradação dessa proteína no solo? Mesmos quando trabalhamos com fármacos, temos belíssimos projetos de pesquisas em execução neste país, que visam à utilização de plantas, como birreatores, para a produção de hormônio de crescimento. Existem riscos nisso? Existem riscos ambientais? Como é a taxa de decomposição dessa proteína no solo? Como é a atuação dessa proteína nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

microorganismos do solo? Como é a influência dessa proteína nos insetos, nas abelhas, etc? Então, temos que fazer toda essa avaliação de risco. Nós sabemos que a taxa de degradação das proteínas varia de acordo com o teor de matéria orgânica, com o teor de argila, com o pH do solo, com a temperatura, etc.

Outra questão é a resistência dos insetos àquela proteína. Nós sabemos que grande parte dos insetos desenvolve resistência aos herbicidas químicos. Será que também não vão desenvolver resistência às proteínas codificadas pelos genes? Certamente que irão. Então, quais são os métodos, os procedimentos que nós devemos adotar para manejar esses riscos?

Nós temos que fazer toda essa avaliação de risco antes que esse OGM seja liberado para comercialização. Para termos certeza... Embora na ciência não exista certeza absoluta nem risco zero, de acordo com toda metodologia científica disponível, de acordo com toda informação disponível, não vemos riscos para a liberação desse OGM, ou quando ocorrer essa liberação, esse organismo, essa planta, essa variedade seja considerada segura. Por isso é que existem legislações e normatizações. Todas as atividades envolvendo organismos geneticamente modificados em execução no País estão sujeitas às legislações. Nós temos a Lei da Biossegurança, nos temos os decretos, nós temos as instruções normativas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e nós temos os ministérios competentes aos quais competem efetuar toda a fiscalização.

A liberação de planta geneticamente modificada em nosso País começou por volta de 1997, após a criação das legislações e também da implementação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Compete à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança propor as normas e os regulamentos referentes às questões dos organismos geneticamente modificados no País e compete a ela dar um parecer prévio conclusivo com relação à segurança desses OGMs, com relação à segurança alimentar e à segurança ambiental. As questões referentes a impactos econômicos, sociais e políticos competem aos outros órgãos, aos outros ministérios. Então, a liberação desses organismos em nosso País começou por volta de 1997 em caráter experimental. Eram liberações planejadas, em áreas pequenas, restritas, de acesso restrito. Isso em 1996, 1997, por aí.

Em 1998, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança deu o seu primeiro parecer prévio conclusivo com relação a uma solicitação de liberação comercial, que foi para a soja geneticamente modificada, tolerante ao glifosate, derivada do evento GTS-4032. Por que toda essa especificação? Porque nós dissemos anteriormente que a análise de risco é feita caso a caso. Então, a esta soja em questão, que tinha aquela construção gênica específica, que não tinha genes marcadores que conferem resistência a antibióticos, que tinha aquele promotor 35S do mosaico da couve-flor, aquele terminador, aquele peptídeo de transporte e aquela região codificadora, a Comissão deu um parecer prévio conclusivo, alertando, comunicando que não havia evidências de risco, porém determinou que se efetuasse monitoramento pós liberação comercial, por cinco anos, desta soja. Por que ela exigiu o monitoramento pós comercialização? Porque essas avaliações de risco são feitas em áreas pequenas e os experimentos não são repetidos todos os anos no mesmo local, na mesma área. Portanto, algum risco que porventura não pudesse ter sido observado nessas avaliações planejadas, poderia durante essas avaliações de deliberação comercial ser detectado. A empresa detentora desse evento fez o registro de cinco variedades no Ministério da Agricultura, mas, devido a uma ação impetrada contra a empresa e contra a União pelo IDEC e pelo *Greenpeace*, esse registro foi cancelado, foi suspenso. Hoje, existe em nosso País uma ação judicial que impede o plantio comercial dessa soja geneticamente modificada, que nos trouxe a essa situação que estamos vivendo hoje e que nos trouxe a esta reunião neste momento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

De um lado, nós temos um impedimento judicial, por vários motivos alegados, por não ter sido, ainda, resolvida a questão da rotulagem na oportunidade. Agora, nós temos o decreto da rotulagem, que saiu recentemente, no dia 24 de abril, exigindo a rotulagem para alimentos que contenham acima de um por cento de organismos geneticamente modificados. Por outro lado, temos a questão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório do Impacto do Meio Ambiente.

Muito bem, hoje, nós estamos com esse plantio ilegal dentro do nosso País. Os agricultores que assim fizeram, cometeram crime de desobediência civil, porque existe uma liminar impedindo o plantio comercial dessa soja. E sempre vem a pergunta: Por que os agricultores, sob a penalidade de grandes prejuízos, além de uma ação judicial, cometem esse risco? O que os leva a tomar essa atitude? Nós sabemos que o que leva o agricultor a tomar essa atitude é a questão do custo benefício. Não é verdade? Nós sabemos que essa soja é cultivada em grandes extensões, hoje, no mundo todo.

A Organização Mundial de Saúde já se pronunciou também com relação à segurança alimentar dessa soja e de outros eventos que são comercializados no mundo, dizendo que para essa soja, até o momento, não se viu nenhum impedimento de risco à saúde humana. E essa soja já vem sendo cultivada no mundo desde 1996.

Muito bem! Nós temos que levar em consideração alguns aspectos nessa nossa análise, hoje, da situação que estamos vivendo no nosso país. Primeiro, o agricultor está colocando em risco a sua propriedade e está anulando todo desenvolvimento científico que foi feito em cima da soja no nosso País. Se hoje o Brasil tem uma produtividade de soja semelhante à dos Estados Unidos e possui variedades adaptadas e altamente produtivas, foi graças a todo o trabalho de melhoramento genético que foi feito neste País, principalmente pelo trabalho feito pela EMBRAPA/Soja, que muito contribuiu com o desenvolvimento das variedades de soja do nosso País. O que os agricultores estão fazendo? Estão jogando fora toda essa tecnologia desenvolvida por muitos anos, que foi sustentada, patrocinada e financiada com recursos públicos, buscando variedades, hoje, no vizinho, que muitas vezes não se adaptam bem às nossas condições, sementes sem procedência nenhuma, que, muitas vezes, vêm contaminadas com fungos, bactérias e outros microorganismos, e não se beneficiando dessa tecnologia. Qual o benefício? A redução no custo de produção.

Nós temos um relatório de impacto econômico da soja, feito pela Comunidade Européia, onde está determinado que a redução, no custo de produção, está em torno de trinta e três por cento no caso dessa soja.

Por outro lado, muitas dessas variedades de soja apresentaram um rendimento de menos doze a mais quatro por cento do que as variedades convencionais. Por que essa diferença de rendimento? Principalmente, porque esse gene de tolerância ao glifosate ainda não foi inserido dentro das variedades elites, das variedades *tops*. Tem um trabalho também publicado na *Crop Science*, no ano de 2002, no final do ano, recentemente, que relata que algumas variedades dessa soja são mais suscetíveis a doenças provocadas pelo *Cercospora* do que as variedades convencionais. Por quê? Porque a fonte doadora desse gene de tolerância ao glifosate, a variedade da ASGRO, que foi geneticamente modificada, era suscetível e provavelmente esse gene está muito próximo do gene que confere resistência a glifosate. Então, é necessário efetuar muitos cruzamentos ainda para quebrar essa ligação gênica.

Há relatos também de variedades novas que estão vindo por aí que já não apresentam mais esse problema.

Outra questão que devemos colocar aqui é a do custo da semente. Nesse estudo de impacto econômico, observou-se que há um custo adicional de 13 a 15 euros, que praticamente está equivalente ao dólar, por hectare. Então, as sementes geneticamente modificadas têm um custo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

acima de 13 a 15 euros em relação às variedades convencionais, em virtude do pagamento da taxa tecnológica. Sabemos que esse processo é patenteado, inclusive no Brasil, e todos que usam essa tecnologia devem, então, efetuar o pagamento desses *royalties*. Outro ponto importante que eu li no relatório... Têm suas vantagens. Temos que fazer a análise do custo benefício. Sabemos que essa redução de 33% pode ser menor para as áreas que são menos infestadas e que o agricultor tem um manejo melhor de plantas invasoras. Com certeza, também pode ser mais caro para alguma determinada área, onde existem espécies tolerantes ao glifosate e há necessidade de usar um herbicida seletivo para controlar essas espécies, para se efetuar um melhor controle dessas plantas invasoras.

Outro ponto também preocupante nesse estudo de impacto - e gostaria de fazer esse comentário na presença do nobre Deputado aqui - é com relação à dependência dos agricultores a um número muito limitado de empresas que detêm essas variedades.

Hoje, se formos ver, no mundo todo, essa tecnologia de plantas geneticamente modificadas está nas mãos de seis empresas.

Nos últimos anos, desde o ano de 1987, 1988, por aí, começaram a ocorrer as fusões e aquisições. Por exemplo, no Brasil, hoje praticamente não existem, ou existem pouquíssimas, empresas nacionais de melhoramento genético de plantas. E as que existiam, todas foram adquiridas. Isso gera conseqüências? Gera. Os nossos agricultores ficam dependentes de tecnologias disponibilizadas por um pequeno número de empresas, e empresas transacionais, empresas ligadas à fabricação de produtos para a proteção de plantas. Então, essa é uma questão a ser pensada! Como resolver essa questão? Dando mais financiamento, mais recursos, fortalecendo as nossas empresas de pesquisas nacionais, que buscam, inclusive, solucionar os nossos problemas! Que empresa vai investir na cultura, por exemplo... Eu trabalho, eu sou melhorista de feijão e graças a Deus está indo muito bem o nosso programa, com recursos do Governo. Que empresa vai querer variedade de feijão que não é uma *comodity*, que é uma cultura específica de pequeno produtor? Oitenta e quatro por cento da produção nacional de feijão são de pequeno produtor. Nós temos problemas dentro da nossa cultura que essa técnica da Engenharia Genética poderia resolvê-los muito bem, como é o caso - se tiver algum feijoeiro aqui - das viroses, do vírus do mosaico dourado. Nós poderíamos resolver esse problema com essa tecnologia.

Nós temos o caso das viroses das bananas, do mamão, temos outros casos específicos, como o da mandioca, por exemplo, o caso dos citros. Essa tecnologia traria grande contribuição! Então, é necessária, sim. O Brasil não pode - agora eu estou falando como cientista, não mais como biossegurança - ficar à mercê, ficar fora desse desenvolvimento tecnológico. No meu ponto de vista, senhores, isso não tem volta! O que nós temos que fazer é nos tornarmos independentes, nós temos que investir e gerar as nossas tecnologias. Só detém poder e tem poder para enfrentar as retaliações quem detém essa tecnologia hoje. Nós não podemos ficar separados, isolados desse desenvolvimento tecnológico...

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Dr^a Vânia, a senhora dispõe de mais três minutos.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Muito obrigada, Sr. Deputado. Desculpem-me, mas eu me empolgo, quando eu começo a falar e por aí eu vou longe. A prosa estava ficando muito boa.

Essas são as questões que nós temos hoje no nosso cenário. Nós sabemos que o nosso País depende do fortalecimento e do desenvolvimento da nossa agricultura. Nós sabemos disso. O que carrega este Brasil é a agricultura, com toda certeza. Nós não podemos criar motivos para retaliações. Não podemos, porque hoje o mercado internacional busca sempre motivos para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

impedir a entrada de produtos no seu país. Então, não podemos dar motivos. Por outro lado, a nossa pesquisa também não pode ficar fora desse desenvolvimento.

Nós temos que tomar decisões muito bem embasadas em nosso País. Por outro lado, temos que esclarecer à sociedade que quando o País decide por um determinado produto é porque realmente esse produto é seguro. Não é rotulando o produto... Eu particularmente sou favorável à rotulagem. Rótulo não significa segurança, rótulo é informação, e o consumidor tem direito à informação. O consumidor também deve ser esclarecido, deve ser educado para entender e, conseqüentemente, ter condições de optar por aquela tecnologia. O consumidor geral, tanto o agricultor como o consumidor final, toda a cadeia produtiva deve ser muito bem esclarecida com relação à situação, ao panorama nacional e ao panorama internacional, bem esclarecida com relação à tecnologia, para que possa ter condições de, individualmente, decidir se aquela tecnologia é ou não vantajosa.

Muito obrigada, Sr. Deputado. Desculpem-me por ter passado do tempo (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento!

Gostaria de dizer à senhora que nós também somos favoráveis a que o Governo dispense mais recursos para a pesquisa neste País. Material humano, nós temos de sobra.

A SRª VÂNIA MODA CIRINO - E capacitado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Capacitado, com certeza.

Está precisando de um pouquinho mais de grana. Nós não temos dúvidas disso.

Queremos anunciar a presença do nobre Deputado Eliene.

Com a palavra, o Dr. Nilder Costa.

O SR. NILDER COSTA - Boa tarde, senhoras e senhores.

Exmº Sr. Homero Alves Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural; Exmº Sr. Deputado Eliene; Exmº Sr. Deputado Zeca D'Ávila, a quem agradeço pelo amável convite para participar desta Audiência Pública da Assembléia Legislativa de Mato Grosso; Ilmª Drª Vânia Moda Cirino, a quem cumprimento pela brilhante palestra que, inclusive, vai facilitar bastante a minha; Ilmº Sr. Vicente José Phul, Coordenador do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; senhoras e senhores:

Para mim, é uma honra muito grande estar aqui com os senhores, a convite do Deputado Zeca D'Ávila, para tratar de um assunto tão candente, que tem criado tanta polêmica, que diz respeito aos transgênicos.

Eu já estive em Mato Grosso outras vezes. É sempre bom para mim, como para a Drª Vânia, estar aqui novamente, porque qualquer pessoa que estuda História do Brasil sabe que Mato Grosso tem uma série de componentes, de fatores, que o tornam realmente estratégico para o desenvolvimento do Brasil, e eu diria até mesmo da América do Sul, porque ele tem recursos naturais, tem uma posição geográfica, inclusive, bastante privilegiada na América do Sul.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o trinômio, agricultura, transporte e energia, irá fazer com que este Estado possa, num futuro muito próximo ser, como eu disse, uma esperança e contribuirá com otimismo, com uma espécie de otimismo cultural, para uma série de pessoas, principalmente do centro-sul do País, jovens que se formam nas universidades e não têm uma perspectiva de emprego ou de futuro a curto prazo. Nesse particular, cumprimento todo o povo de Mato Grosso, inclusive os pioneiros, os desbravadores que vêm de outros lugares, exatamente para poderem levar exatamente isso que estou dizendo aos senhores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Particularmente, eu acredito que uma parte da pujança que, hoje, é visível e notável aqui em Mato Grosso, uma das matrizes dessa pujança, eu não tenho dúvidas de que seja a chamada revolução verde. Essa revolução verde começou no início da década de 60, que permitiu aperfeiçoamentos de hibridização de cultivares, que propugnou pela intensificação do uso de defensivos agrícolas, pela intensificação da mecanização da lavoura, enfim, um conjunto de ciência, tecnologia e metodologia que permitiu que as negras perspectivas lançadas pelo malthusiano Clube de Roma, por exemplo, não se concretizassem. Ou seja, nesse período de meados de 60 para cá, foi possível alimentar toda a população mundial, naturalmente com as diferenças que sabemos dos vários bolsões, das várias dificuldades que existem em vários continentes, mas se conseguiu produzir a quantidade necessária para alimentar toda a população mundial e isso foi possível, em grande parte, devido a essa revolução verde. Acredito que a doutora vai concordar comigo com relação a isso.

Aqui no Brasil, não poderíamos deixar de mencionar o principal agente dessa revolução verde, a EMBRAPA, que começou, praticamente, no início dessa revolução verde, trazendo-nos todas essas novidades, e contribuiu enormemente para que pudéssemos ter hoje a agricultura que temos.

Recordo-me que no meu tempo de ginásio, por exemplo, o Cerrado era simplesmente qualificado ou citado como uma região inóspita, onde as terras não tinham valor algum, porque não tinha condições de se chegar e o solo era ruim. No entanto, isso foi absolutamente modificado, não somente pela atuação da EMBRAPA, é claro, mas por todo aquele conjunto de fatores que mencionei.

Acontece que a própria chamada revolução verde, apesar de ter ainda pela frente um caminho muito grande, já começa a dar alguns sinais de exaustão. Já está se verificando que toda essa quantidade enorme de defensivos agrícolas, de adubos e de mecanização, etc, está começando a criar alguns problemas, pequenos, mas começa a criar, principalmente porque nós devemos levar em consideração que, nos próximos vinte a vinte e cinco anos, nós vamos ter dois bilhões de novas bocas para alimentar. Dois bilhões é a previsão que se faz, daqui a vinte, vinte e cinco anos, de novas pessoas que nascerão, principalmente na Ásia. É exatamente com essa perspectiva que surge ou que entra em cena a biotecnologia ou a bioengenharia, como alguns preferem chamar, particularmente no caso de alimentos ou da agricultura, com os transgênicos.

Como bem a Dr^a Vânia explicou, a metodologia utilizada é a mesma da hibridização convencional que a humanidade, o homem já faz aí há milhares de anos. Quer dizer, o melhoramento ao longo do tempo, só que de uma maneira muito mais precisa e de uma maneira muito mais rápida, com praticamente a mesma metodologia. Nós estamos diante de uma nova revolução tecnológica, a tecnologia de ponta na qual inclusive o Brasil tem acompanhado razoavelmente bem os avanços que tem havido. Razoavelmente bem.

Eu gostaria de salientar aqui um dos pontos-chaves de toda essa discussão que nós estamos tendo hoje em dia com relação aos transgênicos ou soja transgênica refere-se exatamente à primeira geração desses produtos, por sinal a professora também já mencionou isso.

Nós temos que levar em consideração que nós vamos ter ainda a segunda, a terceira, a quarta geração, as quais trarão benefícios para a comunidade, que já foram mencionados, mas eu vou repetir, como, por exemplo, o aumento do valor nutritivo de uma série de plantas. Nós podemos ter, inclusive, a chamada biofábrica, que nada mais é do que a possibilidade de gerar vacinas, como também já foi mencionado aqui. É uma tecnologia absolutamente revolucionária e isso já foi aqui mencionado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Também é muito claro que o país que não conseguir acompanhar, que não dominar essa primeira geração, essa primeira fase dos transgênicos, certamente não terá condições de recuperar o tempo perdido e vai ficar, evidentemente, numa dependência tecnológica imensa.

É claro que esse processo de evolução da biotecnologia dos transgênicos, como qualquer outro setor de tecnologia de ponta, envolve interesses enormes, interesses gigantescos que não são apenas comerciais. São interesses que envolvem poder, envolvem, inclusive, a questão geopolítica. Por que eu digo isso? Porque, certamente, existem, sim, grupos de controle nos chamados países hegemônicos, como os Estados Unidos e alguns da Europa, que não vêem muito com bons olhos que o Brasil, por exemplo, possa ter o domínio dessa tecnologia, como nós estamos caminhando neste sentido. A eles não interessa muito uma certa concorrência, e até uma certa independência do Brasil com relação a essa tecnologia. Sempre que se fala em ciência de ponta, em tecnologia de ponta, esses elementos estão presentes. Não há dúvida de que esses mesmos grupos de dominação ou de controle atuam de várias maneiras, em várias áreas, no que se chama de *apartheid* tecnológico, para promover o *apartheid* tecnológico, para tentar evitar que países como o Brasil adquiram essa tecnologia, tenham o domínio dessa tecnologia.

Uma dessas vertentes, uma dessas atuações, desses interesses, se dá mediante a atuação de algumas organizações não governamentais, de várias, aliás, das chamadas ONGs, que atuam, evidentemente, com o objetivo claro de utilizar de alguma maneira a bandeira da defesa do meio ambiente, que é necessária e todos nós queremos, mas de forma radical com o claro objetivo de tentar impedir o nosso desenvolvimento, o nosso avanço.

Uma dessas ONGs que atuam dessa forma é exatamente o *Greenpeace*, que a professora, inclusive, aqui já citou. O *Greenpeace* tem liderado a campanha mundial contra os transgênicos. Praticamente ele é um grupo de outras ONGs e outras instituições que lideram essa campanha contra os transgênicos, inclusive no Brasil.

É interessante observar que o *Greenpeace* se instalou aqui no Brasil, exatamente para tentar obstaculizar o programa nuclear brasileiro, ou seja, o setor nuclear brasileiro, que é um outro setor de tecnologia de ponta. Sobre esse aspecto, eu posso falar com uma certa intimidade, porque eu venho do setor nuclear. Essa é a minha origem. Eu não sou da área biotecnológica, mas sou da área nuclear.

O *Greenpeace* instalou-se aqui, particularmente, para tentar impedir a construção da Usina Nuclear de Angra II, mas foi derrotado. O *Greenpeace* foi derrotado e nós conseguimos. Eu digo nós porque participei ativamente desse processo de mostrar o que é a tecnologia nuclear, a energia nuclear, os benefícios causados, etc. Angra II foi construída, está operando, tem uma *performance* excelente em relação ao mundo todo, foi importante, inclusive, no último apagão. Sem essa usina geradora seria mais difícil o apagão, principalmente no Estado do Rio de Janeiro. O apagão ajudou muito o setor nuclear, no qual o País também já investiu milhões e milhões de dólares na formação de pessoal. Esse pessoal estava se dispersando exatamente porque não havia uma certa continuidade, houve uma tentativa específica de impedir ou prejudicar o máximo o avanço da energia nuclear ou, pelo menos, do setor nuclear no País.

Nesse particular, eu queria até fazer uma observação ou paralelismo, para mostrar uma similaridade entre o tipo de campanha que, no caso, o *Greenpeace* e outras ONGs fizeram contra o setor nuclear, ou contra Angra II, naquela época - estou falando de meados dos anos 90 -, de transmitir à opinião pública em geral que o retorno de Angra II poderia se transformar numa bomba atômica, o que é, do ponto de vista da Física, absolutamente impossível. Qual era o objetivo? Atemorizar a população. Pura e simplesmente, atemorizar a população, para que pudesse ganhar a opinião pública, para que ela ficasse contra a continuação do programa nuclear brasileiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Vejam os senhores a similitude. Como essa rede de ONGs que faz campanhas contra retrata os transgênicos? Como comida *frankstein*. Esse é o epíteto, como eles apresentam, como comida *frankstein*, quer dizer, um monstro. Isso exatamente para atemorizar as pessoas, colocando dúvidas sobre a qualidade dos transgênicos, que poderiam, eventualmente, produzir monstros. Chegaram, inclusive, ao ponto, como aconteceu em Zâmbia, na África, de dizer que quem ingerisse milho transgênico, que no caso era o que estava em pauta, poderia até ficar sexualmente impotente, o que é absolutamente um absurdo com relação ao milho que foi lá oferecido. Esse é o objetivo, atemorizar a população, atemorizar a opinião pública. Tanto esse padrão ocorreu no caso de Angra II, como está, agora, ocorrendo no caso dos transgênicos. No fundo, o que se deseja é exatamente tentar prejudicar o máximo, obstaculizar o máximo que tenhamos a capacitação científica e tecnológica de dominar a biotecnologia e os transgênicos, como muito bem a Dr^a Vânia já explicou. Se tivermos essa capacitação, vamos ter uma independência muito maior. Esse pessoal, o *Greenpeace* e companhia, atira na Monsanto, mas acerta a EMBRAPA, acerta exatamente outros institutos de pesquisa de excelência, como, por exemplo, a Fundação Mato Grosso e outros. A EMBRAPA e esses institutos são aqueles que têm que nos defender e nos capacitar para que não fiquemos nas mãos das grandes multinacionais. Exatamente a EMBRAPA e esses institutos. Quando se paralisa e quando se proíbe o avanço do domínio dessa tecnologia, o que acontece? Nós também ficamos parados aqui.

A EMBRAPA, pelo que sei e fui informado recentemente, tem mais de trinta cultivares de soja transgênica perfeitamente adaptáveis a todas as regiões do País e não consegue fazer com que isso chegue às mãos do produtor. Por quê? Porque existe essa proibição. Porque existe um imbróglio jurídico que está impedindo a plantação de transgênicos, de soja transgênica, no caso do Brasil.

Um outro argumento que é também muito utilizado por esses antitransgênicos, por essas ONGs e grupos antitransgênicos, é o argumento comercial. O argumento é que se o Brasil mantiver a proibição da plantação de transgênicos, ele vai ter uma grande vantagem comercial, uma vez que países da Europa e o Japão não estão querendo consumir alimentos transgênicos. O Brasil teria uma vantagem enorme com relação a isso. É claro que eles não dizem que normalmente eles, os europeus e os japoneses, não querem pagar um centavo a mais por se tratar naturalmente de soja convencional.

O que nós podemos verificar? Agora em meado de março, mais precisamente no dia 18 de março, essa rede de ONGs antitransgênicas e outros institutos promoveram um grande seminário, em Brasília, exatamente no auge do embate ou da confusão da soja do Rio Grande do Sul. Um dos expoentes desse seminário foi exatamente um especialista americano em comercialização de grãos, especialista internacional americano de grãos, cujo nome é Mr. Dennis Kitch. Ele repetiu o mesmo argumento de que nós deveríamos, de que o Brasil deveria manter a proibição da produção de transgênicos, porque teria vantagens comerciais na Europa, Japão, etc.

Nós fizemos algumas pesquisas sobre este Mr. Kitch e chegamos a alguns pontos muito interessantes, como, por exemplo: esse Mr. Kitch foi, até final de 2001, diretor regional no Japão da *US Grain Council* - Conselho Estadunidense de Grãos, que é uma entidade sem fins lucrativos dos Estados Unidos, mantida pelos produtores americanos, para promover e defender os seus produtos, o eles fazem muito bem. Então, esse Mr. Kitch era o diretor desse conselho, diretor regional no Japão. Descobrimos também que, em fevereiro de 2000, houve uma reunião desse conselho no Japão e nós conseguimos algumas minutas, algumas informações que ocorreram na reunião. Aliás, ela foi documentada pelo próprio Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Nessa reunião, tinha um empresário japonês que fez uma advertência aos produtores americanos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

dizendo o seguinte: “Olha, os consumidores japoneses estão realmente muito preocupados com esse negócio de transgênicos, organismos geneticamente modificados, e se os Estados Unidos não puderem garantir a entrega de milho, que não seja transgênico, nós vamos comprar da China ou de outro lugar”. Então, ele fez uma advertência aos produtores americanos.

É interessante e eu vou ler aqui a citação do próprio relatório: “Contudo, sabendo-se que o Japão está investindo sete bilhões de dólares em pesquisas biotecnológicas, este ano” - observem bem, sete bilhões de dólares somente naquele ano, 2000 - “os representantes do Conselho Americano de Grãos estão confiantes que os problemas sobre os grãos geneticamente modificados poderão, eventualmente, diminuir. ‘A questão deve desvanecer em poucos anos’, declarou Dennis Kitch, Diretor Regional do Conselho no Japão.

Kitch acha também que o consumidor do Japão poderá se tornar muito mais receptivo à biotecnologia, tão logo a indústria local tenha a oportunidade de aproximar-se do nível da biotecnologia dos Estados Unidos”. São palavras do relatório “Nesse período, o Conselho recomendou a educação de lideranças americanas e do público sobre a biotecnologia e sua importância, não apenas para produtores, mas também para os consumidores devido aos benefícios dos produtos geneticamente modificados.”

Resumidamente, o que significa isso? O próprio Mr. Kitch disse no Japão sobre as grandes vantagens dos organismos geneticamente modificados, mas que até que os consumidores, europeus e japoneses, estejam convencidos de que os transgênicos não produzem nenhum efeito danoso à saúde humana ou ao meio ambiente e, paralelo a isso, até que as respectivas indústrias, os respectivos líderes de biotecnologia do país cheguem ao patamar dos Estados Unidos, nesse caso, então, o Brasil poderia ser fornecedor de soja, por exemplo, convencional. Nós teríamos que manter a proibição e abrir mão da obtenção da capacitação tecnológica, enquanto os outros países não chegassem a um nível maior da sua biotecnologia. Quer dizer, nós poderíamos tranquilamente abrir mão desse nosso avanço científico tecnológico e nos transformarmos numa colônia biotecnológica.

Esse é o resumo do que está dito aqui. Isso que está impulsionando, inclusive, muitas dessas campanhas contra os transgênicos, essa parte geopolítica que está por trás e que não aparece claramente. Tanto isso é verdade que recentemente, em março, a própria União Européia reconheceu que cometeu um grande erro ao congelar, digamos assim, os transgênicos. Cometeu um grande erro. Eu tenho aqui, inclusive, uma citação interessante do reconhecimento do erro da União Européia, palavras do Sr. Philippe Busquin, que é o Comissário de Pesquisa da União Européia, em março deste ano: “Se não reagirmos, ficaremos dependentes de outros países dessa tecnologia nos próximos dez anos”.

Está claro que eles também, de alguma maneira, tiveram uma moratória de quase cinco anos com relação a alguns transgênicos, não foram todos, e reconheceram que cometeram um grande erro, porque atrasaram o desenvolvimento da biotecnologia em seus países, ou seja, atrasaram em relação ao domínio dessa tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - O senhor dispõe de três minutos para encerrar sua palestra.

O SR. NILDER COSTA - Eu vou dar uma acelerada.

Interessante observar que muitas pessoas pensam que a União Européia não importa transgênico, não importa soja, no entanto, isso não é a verdade, isso não é o correto. A União Européia, no ano passado, importou 48% de sua soja transgênica, importou dos Estados Unidos e da Argentina, ou seja, esse negócio de que o Brasil poderia ter grandes vantagens em manter essa proibição é absolutamente falaciosa. Isso tem o objetivo meramente geopolítico para perdermos o bonde da história, ou seja, uma ação do *apartheid* tecnológico. Isso está claríssimo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Tanto é que eu gostaria de fazer um paralelo aqui, para mostrar que muitas dessas ONGs não passam de condutos dos interesses geopolíticos desses países hegemônicos. Por exemplo, todos sabemos que existe um grande problema no centro do País, principalmente no Cerrado brasileiro. Mato Grosso tem um grande problema. O grande calcanhar de aquiles que nós temos é a logística de transporte. Temos um gargalo enorme. O que acontece? O que acontece é que essas mesmas ONGs, ou uma boa parte delas, que fazem campanha contra os transgênicos são as mesmas que fazem campanha contra implantação de rodovias, de hidrovias, de ferrovias, de hidrelétricas, etc. Basta falar que vai asfaltar a BR-163 ou outra qualquer na região da Amazônia, que aparece logo um estudo pseudo-científico, apocalíptico, dizendo que o asfaltamento dessa estrada ou dessa rodovia vai causar um caos à Amazônia. De um lado, tenta impedir o avanço da biotecnologia e, do outro lado, tenta impedir o nosso avanço ou, pelo menos, a implementação das nossas obras de infraestrutura para conseguirmos suplantarmos esse gargalo logístico que temos aqui.

O que é isso, senhores? É uma tentativa de fazer com que o Brasil realmente não se transforme no celeiro do mundo no Século XXI, e temos todas as condições para isso, como, aliás, prognosticou um dos mentores da revolução verde.

Bom, só para encerrar, Deputado, eu quero dizer que essa batalha dos transgênicos ultrapassa a questão apenas dos transgênicos. Como mostrei aos senhores essas mesmas determinadas ONGs que utilizam, radicalizam a proteção ambiental como forma de obstaculizar o nosso desenvolvimento... Então, nessa batalha dos transgênicos está envolvido também essa questão das nossas obras de infra-estrutura, das nossas estradas, das nossas rodovias, das nossas ferrovias. É claro que quem tem que resolver ou quem tem que decidir se deve plantar transgênico ou não é exatamente o produtor brasileiro, que deve ter o mesmo direito, e tem que ter o mesmo direito, dos seus colegas da Argentina e dos Estados Unidos que escolhem. Lá eles decidem se devem plantar ou não. Por que, então, o produtor brasileiro não vai ter esse direito? Então, ele que decida, porque já está mais do que demonstrado, como inclusive falou aqui a professora que me antecedeu, que não existe nenhuma demonstração de que os transgênicos fazem mal à saúde ou fazem mal ao meio ambiente.

Eu fico por aqui, muito obrigado. Desculpem-me pela ultrapassagem do tempo (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Sr. Nilder.

Com a palavra, o Sr. Vicente José Phul.

O SR. VICENTE JOSÉ PHUL - Boa-tarde aos membros da Mesa!

Boa-tarde aos senhores aqui presentes!

O Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente congrega trinta e três organizações não governamentais, ambientais e sociais. Interessa-nos acompanhar todas as discussões que dizem respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Com relação ao tema em questão, os transgênicos, nós sabemos, concordamos e os ambientalistas também concordam com muitas coisas que foram ditas aqui, mas com muitas nós também não concordamos. Está claro para nós que a questão da transgenia, que os organismos geneticamente modificados podem trazer grandes benefícios para a agricultura e outros setores, no entanto, até hoje, nós estamos na primeira etapa e nesta usa-se muito a falácia para justificar uma série de avanços, como as vacinas que podemos fazer, mas isso não está sendo difundido.

Essa questão que foi colocada aqui de que a biotecnologia vai resolver o problema da fome no mundo, isso é uma outra falácia. Por quê? Porque quando começou a revolução verde, foi falado que precisava da revolução do verde para acabar a fome do mundo, mas trinta anos se passaram com fome no mundo. O problema da fome no mundo não é um problema de produção.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nós não temos nenhum problema de produção. Nós temos problema de distribuição, como temos outros problemas muito mais sérios que precisam ser resolvidos, que precisam ser enfrentados para se resolver o problema da fome do mundo. E não é com mais tecnologias altíssimas e pesadas que nós vamos resolver esse problema.

Nós somos contra os transgênicos, como o *rondup ready* da Monsanto. Nós somos contra. Por quê? Porque ela parte de um princípio equivocado, não introduz nada de bom, de enriquecedor à soja, apenas introduz uma bactéria que é resistente a um veneno que essa mesma empresa produz. Então, não tem nada de extraordinário nisso. Ela exige uma venda casada, o veneno e a semente. O problema que nós vemos nisso é uma questão de soberania alimentar e soberania nacional, inclusive. Soberania nacional, em que sentido? A Dr^a Vânia falou que nós temos pouquíssimas empresas, apenas seis, no máximo. Nós tínhamos várias empresas brasileiras produtoras de sementes que foram compradas pela Monsanto e outras. Então, hoje, a Monsanto é a expressão máxima desse domínio internacional e praticamente toda agricultura fica dependente dessa empresa. A questão não é a Monsanto, mas é porque a agricultura fica submetida a poucas empresas. Esse é o maior risco.

A outra questão é a segurança alimentar que também está em jogo. É muito fácil convencer o agricultor, e eu chamo a atenção dos produtores de Mato Grosso para se cuidarem antes de entrarem nisso. Por quê? Aparentemente, é oferecida essa vantagem de vinte a trinta por cento do custo de produção, que é menor. Agora, também têm pesquisas que mostram de doze até vinte por cento de diminuição da produtividade.

Mato Grosso, ainda, não é um produtor de soja transgênica e é competitivo como ninguém. Então, nós não dependemos dessa tecnologia para sermos competitivos. Isso é importante. Não dá para ignorar que a formação de consciência está em crescimento e que cada vez mais pessoas querem comer produtos mais naturais possíveis. Quem tem soja convencional vai ter o mercado aberto. Não tenho dúvida disso. Os dados diariamente comprovam.

A minha fala é até mais política do que técnica. Esse é o maior risco que nós vemos na questão da segurança alimentar e da soberania. Segurança porque se realmente um tipo de soja reduz o custo de produção, todo mundo vai querer caminhar para isso. No dia que todo mundo tiver... Noventa por cento da produção de soja transgênica está na mão da Monsanto. No dia que essas três, quatro empresas dominarem todo esse mercado, aí eles vão determinar o preço e vão cobrar quantos *royalties* eles quiserem. É muito bom que seja lembrado o que saiu de anteontem para ontem, tem muita matéria importante. A Monsanto, já utilizando a Medida Provisória nº 113, que liberou a comercialização da soja transgênica, já quer cobrar *royalties* dos produtores brasileiros. Vários jornais publicaram isso. Inclusive o Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja falou: “A conta dos *royalties* sobre o cultivo da soja transgênica vai recair sobre o bolso do produtor”.

“Segundo seu presidente Greubel, a Monsanto decidiu tomar a iniciativa de cobrar pela tecnologia RR, depois da divulgação da Medida Provisória nº 113 que, na prática, permite a venda da soja transgênica da atual safra. Além de ter estabelecido uma porta de legalidade para a produção da soja transgênica, a Medida Provisória garantiu o direito de comercialização, mas ignorou o direito da patente.” Isso ela está reclamando.

“Nos Estados Unidos, a Monsanto fez os produtores assinarem um contrato no qual se comprometem a pagar *royalties* pelas sementes transgênicas plantadas. Os produtores também prometeram não guardar sementes transgênicas para o plantio da safra seguinte...” E segue uma série de coisas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nos Estados Unidos, os produtores pagam vinte e quatro dólares e seis centavos por hectare de *royalties*. No dia em que elas dominarem todo esse mercado, essas poucas empresas, não só a Monsanto, nós vamos pagar os *royalties* que elas quiserem. Defender isso neste momento... Não estamos dizendo que não devemos um dia liberar o plantio e a comercialização da soja transgênica, apenas não temos segurança ainda. Se liberarmos agora, aí, sim, será submissão à tecnologia internacional.

Vamos investir mais recursos na pesquisa da EMBRAPA, para que realmente consigamos avançar e ter mais segurança.

Abrir agora para essa soja que, especificamente, é de uma empresa de fora, eu acho, sinto muito, Sr. Nilder, que falou bastante contra as ONGs... Eu sou de uma organização que faz um trabalho junto aos agricultores. Não estou a serviço, absolutamente, de nenhuma empresa, aliás, fico até com medo de falar aqui, porque me parece que o senhor investiga bastante as ONGs, mas o nosso trabalho é transparente, não temos nada a esconder e muitas vezes já nos falaram que estamos a serviço de outros. Até um tempo atrás o ex-Governador falou que as ONGs que são contra a hidrovia, o Porto de Morrinhos, em Cáceres, estão a serviço de empresas norte-americanas. Mas nós sabemos que a empresa norte-americana que construiria o Porto de Morrinhos é a mesma que domina toda a Hidrovia do Mississipi e a produção de soja nos Estados Unidos. Então, têm outras pessoas a serviço internacional de grupos, e de grandes grupos que têm muitos recursos. Essa é a questão mais profunda.

Eu queria que os nobres Deputados Estaduais realmente se sensibilizassem. Quais são as alternativas? Eu acho que muito mais... O vídeo mostrou que é importante estarmos abertos às grandes inovações tecnológicas. Estamos de acordo. A agricultura é natural, é milenar e se tivesse dez por cento do investimento que tem a biotecnologia, nós teríamos... Aliás, a biotecnologia vai ser muito importante. Eu acredito que um dia a agricultura natural, com esses recursos, vai ser vitoriosa, vai ser fantástica. Nós não precisamos nos submeter a poucas empresas e correr o risco de sermos manipulados, como corremos o risco quando aceitamos essas propostas. Então, que os Deputados sensibilizem os Deputados Federais para terem muita cautela. E, eu acho que a moratória, dar um tempo, ainda, para essa liberação total, é a melhor medida. Nós não estamos... Por que não se aceita rotulagem? É estranho que alguém não aceite colocar no rótulo o que tem dentro do produto. Ou ele não confia, ou já sabe que não presta. Eu acho. A rotulagem é o mínimo necessário. E a campanha "O Brasil livre de transgênicos" pede inclusive isso, que seja rotulado, para que pelo menos as pessoas tenham o direito de consumir sabendo o que é. A doutora falou que rotulagem não é segurança ainda, mas é um direito à informação. Isso é fundamental. Mas quem está trabalhando com transgênicos não quer que sejam rotulados. Por quê? Essa é uma questão que realmente deve ser discutida. É o mínimo que se precisa.

Eu gostaria que os Deputados, agora que estamos discutindo o PPA, realmente destinassem mais recursos para pesquisa, para agricultura orgânica. Eu acho que investir na agricultura, na agricultura orgânica, inclusive soja orgânica, isso sim é uma posição estratégica, aí nós temos certeza que vamos ter um mercado garantido. Nunca ouvi ninguém falar que não quer soja orgânica. Nós temos inclusive, em Mato Grosso, um grande produtor de soja orgânica. O maior produtor de soja orgânica do Brasil está em Mato Grosso. Nós deveríamos ter mais recursos para pesquisa, mais investimento nisso. Isso eu acho que seria um investimento que deixaria Mato Grosso na ponta. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Sr. Vicente, pela sua participação.

Passo a palavra ao nobre companheiro Deputado Eliene.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ELIENE - Boa-tarde a todos!

Cumprimento o companheiro Deputado Zeca D'Ávila; o Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural, Homero Pereira Alves; Dr. Nilder Costa; Dr^a Vânia Moda Cirino, Dr. Vicente José Phul. Cumprimento também os participantes desta Audiência Pública. Quero cumprimentar meu amigo Diretor da FAMEV, Dr. João Pedro Valente, em nome de todos que aqui participam desta Audiência Pública.

Eu disse ao Deputado Zeca D'Ávila que ele estava de parabéns pela iniciativa, porque é um assunto hoje na moda. Em todos os canais de televisão nós ouvimos dizer da importância da produção, hoje, no Brasil e no mundo, da crescente produção no Estado de Mato Grosso e em toda essa discussão aparece também a questão dos transgênicos. Então, é uma questão extremamente importante. Eu acho que os pontos de vista colocados aqui vão contribuir bastante, tanto a posição do Dr. Nilder, como da Dr^a Vânia, como do Sr. Vicente, porque é a partir do contraditório, das discussões, que se produz entendimentos muito mais profícuos à sociedade. Eu entendo que é importantíssima esta Audiência Pública.

Embora eu não seja especialista, eu procuro, sempre que tem oportunidade, participar de todos os temas que tem a ver com a Assembléia Legislativa, com a nossa sociedade. Há uns dias atrás eu vim aqui participar da 5^a Ovinocultura, que o Deputado Zeca D'Ávila promoveu aqui. Com relação à agricultura e com relação aos transgênicos não é diferente.

Hoje, a agricultura do nosso Estado exerce um fascínio impressionante. Em qualquer região do Estado onde se anda, há pessoas querendo empreender nesse sentido, nesse ramo. Recentemente, estive no Baixo Araguaia e lá está abrindo uma nova fronteira agrícola, em Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu...

Quando cheguei a Cuiabá, no começo dos anos 80, nós não tínhamos toda essa produção, todo esse desenvolvimento que o nosso Estado tem, e o maior vetor disso foi a agricultura. Eu costumo até a exagerar ao elogiar os sulistas que foram extremamente importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. Às vezes, eu ia lá no norte do Estado e tinha uma impressão um pouquinho diferente dos sulistas, mas hoje nós mudamos de opinião, pela garra, pela determinação. Isso é o desenvolvimento do nosso Estado.

Gosto de participar também, sempre que ouço e tenho oportunidade, desses dias de campo, ouvindo os técnicos da EMBRAPA. Gosto de estar discutindo com o meu amigo Valente sobre temas de agricultura, com o Luiz Henrique, porque isso aqui é a principal atividade do nosso Estado. Não tenho dúvida disso.

Com relação aos transgênicos, eu pensava agora há pouco que quando eu fiz o 2^o grau, tinha uma teoria de que a população no mundo cresceria em progressão geométrica, enquanto que a produção alimentar cresceria em progressão aritmética e que, fatalmente, o mundo viria a ter problemas de alimentação com o passar do tempo. O estudo, a pesquisa, fez com que isso mudasse, fez com que hoje, como disse aqui o Vicente, que não existe problema de produção de alimento no mundo, existe problema da distribuição, e é uma verdade.

Hoje, nós temos dados mostrando que se produz o suficiente para alimentar oito bilhões de pessoas, enquanto o mundo tem seis bilhões. Eu acho, inclusive, que são dados para se refletir. Será que a continuidade galopante da produção que nós verificamos no mundo hoje, amanhã, ela não vai sofrer um breque, não vai ter um tropeço pelo excesso de produção? A partir dessas discussões, desses questionamentos que nós vamos tendo a possibilidade de estar pensando, de estar legislando e de estar encaminhando estudos científicos no sentido de evoluir o encaminhamento da sociedade, as necessidades que ocorrem no mundo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

A minha participação aqui é muito rápida. Eu vim aqui prestigiar, participar e aprender um pouco, mas estarei atento. Não tenho opinião formada com relação aos transgênicos, mas sou a favor de que temos que fazer pressão. Está vindo aí ... Nós estamos discutindo, agora, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Temos, hoje, na Assembléia Legislativa, um representante da envergadura do Deputado Zéca D'Ávila, que é da área. Eu acredito que ele pode estar influenciando junto ao Governo do Estado muito mais recursos para pesquisas, porque esse é o caminho. Sem pesquisa, sem saber realmente se é bom ou se é ruim, é atirar no escuro.

Eu agradeço, aqui, a oportunidade e também parabênizo, mais uma vez, a presença de todos que estão aqui interessados nesse tema. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Obrigado, Deputado Eliene, pela presença e pelas palavras. Como bom mineiro, fala pouco, ouve muito e, no final, sabe definir o que quer com clareza.

Com a palavra, o Sr. Homero Pereira Alves, Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Vice-Presidente da FAMATO.

O SR. HOMERO PEREIRA ALVES - Farei breves considerações.

Inicialmente, cumprimento a Assembléia Legislativa, através do nosso companheiro Deputado Zeca D'Ávila, que tomou essa iniciativa de convocar esta Audiência Pública; o Deputado Eliene; o Deputado J. Barreto, que esteve presente; a Dr^a Vânia Moda Cirino, do IAPAR, que nos abrilhantou com importantes esclarecimentos acerca do tema; o Dr. Nilder Costa, do Rio de Janeiro; o Sr. Vicente José Phul e todos os presentes.

Eu gostaria de fazer só um breve comentário, em nome do Governo, para nos atermos à realidade do que está acontecendo.

A questão da transgenia... Para nós que somos o maior produtor de soja do Brasil, quando falamos em transgênicos, em OGM, só lembramos da soja. Na verdade, a transgenia é muito maior, conforme pudemos ver através do vídeo, das explicações da Dr^a Vânia Moda. Já consumimos organismos geneticamente modificados, através dos fármacos e através de outros produtos agrícolas, como a batata da onda, que tem aí e outras coisas mais. Já somos consumidores de produtos geneticamente modificados.

Não sei porque cargas d'água, mas quando falamos em agricultura, dá uma polêmica danada. É impressionante. Quando tratamos de outros assuntos, como na própria medicina, as coisas vão. Pelo contrário, quando se tem um avanço tecnológico na medicina, logo aparecem as cobaias, pedindo que seja testado nelas. De repente a pessoa está no limiar, entre a vida e a morte, e quer que seja testada nela própria alguma experiência inovadora ou coisa parecida. Mas, no caso da agricultura, é impressionante como as coisas são difíceis para avançar.

Logicamente, sabemos que tem todo um problema de competição internacional. O Brasil, temos muito a crescer na competição internacional, ainda não representamos nada no mercado mundial, não chegamos nem aos 2% do que significa todo o mercado mundial do agronegócio. Participamos com em torno de cinquenta bilhões de dólares e esse negócio movimenta algo em torno de cinco trilhões de dólares. Então, podemos incomodar muita gente, porque cada vez que avançamos, estamos desalojando alguém desse mercado. As reservas mundiais de áreas ainda a serem incorporadas ao processo produtivo ou coisa parecida, as grandes reservas estão no Brasil. Um terço da área que pode ser incorporada ao processo produtivo no mundo está aqui no Brasil.

É lógico que quando o Brasil... Há interesse de missões internacionais, porque recebemos, em Estado de Mato Grosso, a cada ano, missões da China, missões dos Estados Unidos, missões da Europa, que vêm ver o que está sendo feito aqui. A impressão que temos quando conversamos com esse pessoal... Eles dizem mais ou menos assim: "Vocês aqui, um paisinho de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Terceiro Mundo, ainda com a soja, por exemplo, a quatro dólar, estão conseguindo nos incomodar...”

Nós sabemos que tem todo esse componente, muito mais um componente econômico que propriamente um componente ecológico, um componente ambiental. Porque, ambientalmente, os cientistas estão nos dizendo que é uma coisa muito mais segura estar produzindo, estar injetando... No caso da soja, a própria soja convencional, para se chegar a uma soja convencional, também se faz vários cruzamentos - estão aqui os agrônomos, representados pela FAMEV -, se faz vários cruzamentos ou coisa parecida.

Nesse caso da genética, está introduzindo genes de determinadas questões... Está toda uma polêmica. Nós sabemos que existe um componente econômico muito grande por trás disso e nós temos interesse no assunto, por isso eu parabeno a Assembléia Legislativa. Por quê? Porque o Estado de Mato Grosso, no caso da soja, é o maior produtor do Brasil e vamos ser o maior por muito tempo. Nós temos condições, sem precisar derrubar um pé de árvore, de produzir tudo que o Brasil está produzindo hoje. Nós vamos produzir, neste ano, no caso da soja, treze milhões de toneladas. Os indicadores que nós temos para a próxima safra é que nós teremos uma incorporação de novas áreas, sem precisar estar derrubando árvores, em torno de quinhentos a setecentos mil hectares de soja, recuperando pastagem degradada ou coisa parecida.

É natural incomodarmos os nossos concorrentes. De repente, essa questão da genética pode ser uma das questões, como a questão da logística, que foi aqui levantada... O Sr. Vicente dizia que nós temos problemas de distribuição. Sim! Eu acho que nós temos que, urgentemente, ampliar esse modelo de transporte que nós temos aí. Setenta por cento da nossa produção são transportados pelo modal rodoviário. Nós temos que implementar para ampliar nossa competitividade. Nós temos que ir para o transporte multimodal, usando as nossas hidrovias. Nós não vamos fabricar hidrovias nenhuma, elas já existem, estão aí, nós temos apenas que adaptar as embarcações às hidrovias. Foi a natureza quem nos deu, foi Deus que nos deu essas veias aquáticas que têm por aqui. Ninguém inventou isso. Nós não vamos fabricar hidrovias nenhuma, só vamos transitar por elas. Mato Grosso foi descoberto por hidrovias. Ninguém chegou aqui através de rodovias, chegaram através de rios, através do rio Paraná, chegaram a Cuiabá. Nós só vamos utilizar essa malha que nós temos.

A ferrovia já é uma realidade, mas está paralisada há tanto tempo lá em Alto Araguaia. Poderia estar avançando, indo para Rondonópolis, para Cuiabá, para Sorriso, para o município maior produtor de soja do mundo. Está ali o Sr. Leonir Capitânio que é o Presidente do Sindicato Rural. Nós podemos ampliar a nossa competitividade.

Eu imagino que, nessa questão dos transgênicos, nós precisamos também aumentar a nossa competitividade. Nós estamos sendo competitivos, porque Deus realmente nos colocou aqui num ambiente muito próprio para produzir alimentos. Estamos terminando a nossa safra. A nossa topografia, o clima que nós temos, a tecnologia que estamos usando são totalmente favoráveis à produção de alimentos. Esse é o ambiente próprio para produzir alimentos. Nós gostaríamos de ter a ciência nos dando tranquilidade para que possamos produzir alimentos com segurança suficiente, para podermos avançar, seja com o transgênico, dando opção ao consumidor. Se alguém estiver disposto a consumir orgânico, também pode produzir orgânico. Já temos aqui. Mato Grosso é tão bom que nós somos o maior produtor de soja orgânica, nós somos o maior produtor de soja convencional. Por que não podemos ser o maior produtor de soja transgênica?

O consumidor é quem vai decidir o que ele quer consumir, se é soja orgânica, se é soja convencional ou se é soja transgênica. A informação que nós temos é que da mesma forma que cresce o mercado da soja convencional... A Argentina que produz cem por cento de soja transgênica,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

também aumenta suas exportações; os Estados Unidos aumentam as suas exortações. Então, as exportações de soja transgênica crescem na medida em que cresce a de soja convencional. Quer dizer, eu acho que os nossos institutos, as instituições científicas estão aí para nos dar respaldo científico e dizer se é possível: está aqui o produto, foi testado, conforme foi dito aqui, durante dez, doze anos, antes de vir para o consumidor. Cabe aos produtores escolher.

A nossa preocupação é, num futuro breve, perdermos mercado, perdermos competitividade, por não termos acesso a essa tecnologia.

O consumidor mundial não sinalizou. O Brasil, até hoje, oficialmente, não produz soja transgênica. O consumidor mundial não está disposto a pagar nenhum centavo a mais para nós. Não está disposto.

Mais de cinqüenta por cento da soja que se produz no mundo é soja transgênica, e a Bolsa de Chicago não estabelece parâmetros para soja transgênica ou soja orgânica. Poderíamos fazer aqui uma precificação através da nossa BME, e falar que determinada soja merece um delta a mais porque é uma soja tradicional, se o consumidor estivesse disposto a pagar mais. A soja orgânica é um produto mais caro, mas têm pessoas que estão dispostas a pagar. Então, se o consumidor tiver poder aquisitivo e estiver disposto a pagar mais, ótimo. Eu acho que cabe ao produtor produzir. Essa é a missão do produtor, estar produzindo alimento.

A posição do Governador Blairo Maggi é muito clara com relação a isso. Ele tem dito que já foi, no passado, contra a questão dos transgênicos, por conta de todas essas preocupações que o Vicente colocou aqui, de ficar atrelado a uma empresa só ou coisa parecida. Mas, hoje, essa tecnologia está totalmente dominada pelas empresas nacionais, a exemplo da EMBRAPA, a própria Fundação Mato Grosso, a Fundação Centro-Oeste, tem “n” empresas já dominando essa tecnologia, o próprio IAPAR. A tecnologia está dominada.

No momento em que os legisladores nos derem um instrumento legal para que isso possa estar disponível... Logicamente que é um processo - não imaginem que, ao falarem que está liberada a produção de soja transgênica, no outro ano, já vai ter soja transgênica - de pesquisa, de produção de sementes, que depois vai para o campo e assim por diante. Então, é um processo!

Nós achamos que devemos deixar o mercado decidir. A ciência está aí para nos respaldar. Eu acho que o Brasil, que nós não podemos perder esse barco. Nós já assustamos o mundo pela forma como estamos fazendo a nossa agricultura e a nossa pecuária.

Vejam bem, estamos exportando carne de Mato Grosso e nós aqui temos competência... Nós tivemos há pouco tempo uma área tampão. Temos, no Brasil, áreas ainda endêmicas a febre aftosa e temos consciência de que não podemos exportar produtos dessas áreas. Nós temos competência para dizer: aqui tem aftosa e não se pode exportar ou ali é uma zona tampão. Chegamos ao luxo de, aqui no Estado de Mato Grosso, zonarmos o que era área tampão, o que era possível exportar e o que não era possível exportar.

Eu acho que temos competência para fazer isso. Eu acho que essa discussão tem um cunho ideológico que não vai levar a nada. Eu acho que temos que desmistificar isso logo, urgentemente, para dar realmente suporte aos nossos institutos de ciência para que tenham condições financeiras de, cada vez mais, estarem pesquisando. Precisamos monitorar no orçamento os nossos institutos de pesquisas, a exemplo da EMBRAPA, do IAPAR, FAPEMAT e assim por diante, para que possam nos dar elementos suficientes, tranqüilidade aos produtores e possam dizer: “Podem plantar, porque a ciência está dizendo que pode plantar isso e produzir aquilo”. Eu acho que é essa a posição.

Quanto ao mercado, eu acho que fica a critério do consumidor. Podem ter certeza de que se formos produzir uma soja transgênica muito mais cara que uma soja orgânica, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

consumidor vai querer a soja orgânica. Não tenham dúvidas de que vamos ter que adubar a soja com esterco de galinha ou coisa parecida, porque ele vai querer soja orgânica. Agora, se nós produzirmos, se formos competitivos, o consumidor é que vai definir. Em última instância, não adianta produzir aquilo que o consumidor não quer comprar. Muito obrigado (APLAUSOS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Vamos passar agora à discussão.

Com a palavra, o Sr. Edson Andrade, agrônomo da FAMATO.

O SR. EDSON ANDRADE - A minha pergunta é para a cientista do IAPAR.

Eu quero saber se aquele milho que tinha fêmea, macho e estéril, da AGROCERES, é um transgênico. Ele foi plantado há trinta anos, era da AGROCERES. Nós plantávamos esse milho para tirar a semente, fazer o híbrido fêmea, macho e estéril. Se é transgênico, naquela época não teve essa polêmica. Foi plantado comercialmente por vários anos e se é transgênico, eu acho que os cientistas deveriam usá-lo como exemplo de um produto transgênico que não causou mal a ninguém.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Com relação a esse milho híbrido macho, estéril, a que está se referindo...

O SR. EDSON ANDRADE - Fêmea, macho e estéril.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Fêmea, macho e estéril. Não, há trinta anos não era transgênico, com certeza absoluta. Os transgênicos começaram a ser produzidos... A primeira planta geneticamente modificada foi obtida em 1983 e o primeiro plantio comercial começou em 1994. Toda essa utilização de esterilidade é genética clássica convencional. Ela é transferida para os descendentes, através de cruzamentos sexuais. Não existia a transgenia naquela época. Ainda não era transgênica.

O SR. EDSON ANDRADE - O professor Parteniane falou qualquer coisa uma vez sobre isso. Então, eu achei que deveriam usar mais esse detalhe.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - O que usamos muito é a comparação com a inovação dos híbridos. Até o aparecimento dos híbridos o que se utilizava era as variedades. Depois, quando começou a surgir os híbridos, começou haver umas polêmicas e coisa e tal e a sua adoção ainda foi muito mais lenta, se comparada hoje com a adoção das plantas geneticamente modificadas. As variedades geneticamente modificadas tiveram uma adoção muito mais rápida que os híbridos, quando surgiram na época.

Naquela época ainda não era transgênico, respondendo a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Tem mais alguém que quer fazer alguma pergunta? Por favor, gostaria que se identificasse.

O SR. PAULO HENRIQUE BONANÇA - Boa-tarde a todos e a todas!

O meu nome é Paulo Henrique Bonança, eu estou representando a Deputada Estadual Verinha Araújo que, por motivos de agenda em Brasília, representando a Assembléia Legislativa, não pôde estar presente. Gostaria de falar, também, em nome da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, da qual sou membro.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma pergunta e, depois, uma provocação à Mesa.

A pergunta, eu acho que o Deputado Zeca D'Ávila poderia respondê-la melhor, é com relação a esse documento que sairá deste evento feito pela Assembléia Legislativa.

Com relação à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, eu gostaria de deixar registrado que essa Secretaria é contra a produção da soja transgênica no Estado de Mato Grosso, porque o Estado já é o maior produtor de soja do País, com essa tecnologia que já está sendo desenvolvida pela EMBRAPA/Soja. Essa tecnologia não pode ser desperdiçada de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

tal maneira, depois de tantos sacrifícios, e também pelo sucesso que até agora ela tem nos proporcionado.

Gostaria de fazer uma provocação à Mesa. Gostaria que a Dr^a Vânia nos falasse um pouco mais a respeito de toda essa pesquisa feita em cima da soja convencional. Depois desse sucesso todo que nós já conseguimos, depois de todo esse esforço desta Nação, com todo o investimento do Governo - e acredito que o atual Governo está investindo mais ainda na questão científica -, compensaria nós pagarmos por uma soja que vem do exterior, cuja tecnologia é externa, e deixarmos de lado o nosso patrimônio nacional e toda essa ciência que nós desenvolvemos em cima da soja convencional?

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Dr^a Vânia, eu gostaria só de fazer uma colocação da minha ótica, para que Vossa Excelência pense, também, a respeito. O que foi feito pela soja convencional, o sacrifício, a luta, tudo o que foi feito ao longo dos anos não vai ser jogado fora. Ela está aí, continua aí, vai ser usada e continuará a ser usada, não tenha dúvida nenhuma.

Agora, com relação à outra pergunta feita, a Dr^a Vânia está à disposição para a resposta.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - O Deputado Zeca D'Ávila já respondeu parte do seu questionamento, mas eu gostaria de responder os dois questionamentos que você fez.

Primeiro, com relação ao orgânico. No meu ponto de vista, eu acredito que os sistemas são independentes e todos poderão sobreviver, o convencional, o transgênico e o orgânico. O importante é que hajam normatizações claras e específicas. Por exemplo, na Grã-Bretanha, o agricultor quando vai plantar soja geneticamente modificada - isso está no relatório de impacto no agronegócio - ou qualquer outro material geneticamente modificado, ele é obrigado, legalmente, a notificar os seus vizinhos de que ele está cultivando tal espécie geneticamente modificada, com tal característica, para que não haja contaminação, para que algum outro agricultor que esteja dentro da política agrícola de identidade preservada, que é toda essa parte de segregação, se é orgânico ou então não geneticamente modificado, etc, não seja prejudicado, através da introgressão desse transgênico no seu material. Então, ele é obrigado a notificar os seus vizinho de que ele está fazendo esse cultivo ou de que ele tem intenção, na próxima safra, de fazer esse cultivo. Então, essa questão toda tem que ser normatizada e legalizada em nosso País.

Outro ponto é com relação a pagamento de *royalties*. Aí é uma questão bastante delicada. Por quê? Porque para todas as entidades, públicas ou privadas, hoje, que detêm, desenvolvem uma variedade muito boa, com uma ampla adaptação, com alto potencial de rendimento, uma variedade muito superior, uma variedade elite, vamos assim chamar, há uma proteção. Esse é um meio de ela conseguir recursos para poder manter as suas pesquisas. Todas as variedades, hoje, que são *tops*, que são elites, são protegidas, e o agricultor paga *royalties*, sim, por esses materiais. Pelas novas variedades de soja, de feijão, de arroz, de algodão, de trigo, de café, etc, obtidas pelo melhoramento convencional, o agricultor está pagando *royalties*, embora, às vezes, ele nem saiba disso.

O que ocorre na questão dos organismos geneticamente modificados é que, além dos *royalties* que ele vai pagar pela proteção, pela propriedade intelectual da variedade em si, ele vai pagar *royalties* pela taxa tecnológica daquele gene, que são advindos da Lei de Propriedade Intelectual, não da Lei de Proteção de Cultivares.

Quando nós compramos um fármaco, nós também pagamos *royalties* pela propriedade intelectual daquele fármaco. Está tudo embutido! Nós estamos num mundo capitalista. As empresas investem e depois querem ter lucro pelo seu descobrimento, pela sua invenção.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nesse ponto, pelas variedades geneticamente modificadas, além de se pagar a propriedade intelectual pela Lei de Proteção de Cultivares, que é embutida no preço da semente, paga-se também a propriedade tecnológica.

Vou mais à frente, não dá para saber como vai ser no futuro, porque não temos ainda legalizado o plantio comercial em nosso País. Temos que ficar atentos, exercer os nossos direitos de cidadãos e cumprir a nossa legislação. Por exemplo, no hemisfério norte, alguns agricultores adquirem esse material através de contratos, compram a semente com contrato especificado, inclusive pagam *royalties* da quantidade que produzem, etc. Também no contrato está especificado que ele não poderá utilizar sementes próprias.

Aqui a coisa é um pouco diferente. A nossa Lei de Proteção de Cultivares dá direito ao agricultor utilizar as suas próprias sementes. Então, temos que tentar resolver nossas situações com as legislações que temos.

Venda casada é uma outra preocupação muito grande. Sabemos que existem doze marcas comerciais de glifosate no mercado, que atuam igualmente sobre esse produto. Há temor pela venda casada, mas nós temos o Código de Defesa do Consumidor, que é o grande trunfo do cidadão brasileiro hoje, que proíbe a venda casada. Então, temos, sim, mecanismos legais e podemos criar mecanismos para deixar o nosso agricultor com mais liberdade, um pouco mais livre, um pouco mais independente.

Espero ter esclarecido os seus questionamentos e não complicado mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Sr. Nilder Costa.

O SR. NILDER COSTA - Eu gostaria de complementar o que a Dr^a Vânia falou, dizendo que, na realidade, o que, talvez, não esteja claro para muitas pessoas é que a própria história da humanidade demonstra que todas as vezes em que nos defrontamos com certos desafios, não há outra saída, se não quisermos ser malthusianos, senão avançar científica e tecnologicamente.

O que quero dizer com isso? Que devemos avançar no domínio da razão humana sobre a natureza, aprofundar os nossos conhecimentos sobre os princípios universais e utilizar esses princípios em prol da humanidade.

Assim também está acontecendo com a biotecnologia, com a bioengenharia. Quem não conseguir dominar essa primeira fase, essa primeira geração, não tiver essa capacitação própria, não vai conseguir tirar esse atraso no futuro. Vai ficar exatamente aquilo que muitos estão preocupados, a Monsanto. Terá só alguns que venderão, as multinacionais. Vai acontecer exatamente isso. Se nós não avançarmos agora, se nós não liberarmos agora a EMBRAPA que está aí com os seus cultivares de soja genéticas prontos e está com toda pesquisa parada, aí sim nós vamos ficar na dependência dessas multinacionais, aí sim nós vamos ser uma colônia biotecnológica, assim como existe o mesmo perigo em outras áreas, como, por exemplo, na área nuclear, da qual eu venho. Se não avançarmos nessa direção, aí vai acontecer isso que foi muito bem levantado. Por essa razão nós temos que liberar, fazer com que a legislação vigente seja cumprida. Não existe legislação aqui no Brasil proibindo, por exemplo, que se plante soja transgênica. O que está em questão e em discussão é da competência da CTNBio, que é a Comissão Nacional Técnica de Biosegurança. Isso que está em jogo. Não é proibido, tanto é que o próprio Governo liberou a comercialização da soja transgênica. Isso que tem que ser levado em consideração. Nós temos que ter mais confiança nos nossos cientistas, nos nossos técnicos que estão no mesmo patamar de qualquer centro de pesquisa tecnológica do mundo.

Eu aproveito aqui para fazer a minha homenagem às nossas cientistas e pesquisadoras - e tenho uma aqui ao meu lado -, que são cruciais na área da biotecnologia, da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

bioengenharia. Não podemos parar isso, senão, aí sim, vamos ser uma colônia biotecnológica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Sr. Luiz Henrique Daldergan.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDERGAN - Eu sou Luiz Henrique, sou engenheiro agrônomo e assessor parlamentar.

Eu acho que esta discussão aqui é muito mais política que científica, ainda mais porque a própria Organização Mundial da Saúde, em outubro do ano passado, divulgou um documento falando que os produtos transgênicos não causam mal à saúde. Está no *site* www.who.int. Só que essa discussão às vezes vem engajada com opiniões de algumas organizações não governamentais que evidentemente não aceitam esse documento da Organização Mundial da Saúde, porque são capacitadas com cientistas com até maior notório saber do que os da própria Organização Mundial de Saúde. Então, eu acho que é muito mais política que científica essa discussão.

A própria Organização Mundial de Saúde defende o combate à fome, utilizando produtos transgênicos. Quando se fala em transgênicos, nós lembramos muito da soja e tal, mas foi comentado pela Dr^a Vânia o feijão. Nós temos aí o Fome Zero. Nós temos que aumentar a nossa produção de feijão. Nós temos o feijão resistente ao mosaico dourado.

O que está faltando, na verdade, é fazer com que as pesquisas, as produções de sementes com bases modificadas sejam ampliadas, para que os produtores possam ter acesso a esse tipo de tecnologia. Em algumas discussões, nós observamos, também, que se falam que os produtos transgênicos acabam com o cérebro. O meu medo é que essa paralisação de investimentos na biotecnologia faça com que cérebros, como os dos senhores aí, saiam do Brasil. Aí sim, nós estaremos perdendo cérebros, porque vamos estar sem esse incentivo para a produção científica que vai, com certeza, chegar aos produtores. Como foi colocado pelo Secretário, o mercado é fundamental. Nós vivemos em um mundo capitalista. Isso é bem sabido por todos nós.

Pois bem, eu farei uma pergunta tanto para a Dr^a Vânia quanto para o Dr. Nilder, do Rio de Janeiro. O que o Estado de Mato Grosso pode fazer para que não passar essa vergonha - no meu ponto de vista - que o Rio Grande do Sul passou de ver proibida a produção da soja transgênica, fazendo com que o próprio Presidente da República baixasse uma medida provisória para se comercializar esse produto. Quais são os mecanismos? A que o Estado de Mato Grosso tem que se ater para não passar essa vergonha, de ter produtos transgênicos e ter que o Presidente da República baixar uma medida provisória num Estado Democrático como o que nós vivemos?

A pergunta para os dois é nesse sentido.

A SR^a VÂNIA MODA CIRINO - Essa questão sobre o que o Estado deve fazer é muito complicada. O Estado do Paraná, onde exerço a minha profissão e resido, no início da safra do ano agrícola de 2002/2003, fez uma campanha e eu fui convocada, nem fui convidada, pelo Secretário de Agricultura a participar, não contra transgênicos, mas uma campanha de esclarecimento aos agricultores. Em uma semana, nós rodamos, eu acho, uns sete ou oito municípios. Foi colocado, inclusive, um jatinho a nossa disposição. Eu acabava de dar uma palestra em um lugar, em auditórios imensos, com oitocentas, mil e poucas pessoas, subia no jatinho e ia para outro lugar. E assim foi uma verdadeira maratona de esclarecimento ao agricultor.

Colocamos as diferenças entre os materiais geneticamente modificados e o material convencional, dando esclarecimentos mais científicos. Dissemos que, atualmente, a comercialização das culturas geneticamente modificadas no País, esclarecendo ao agricultor, ainda estava judicialmente impedida. Falamos sobre os riscos que esse agricultor poderia ter na comercialização da sua safra, as conseqüências legais, inclusive as conseqüências para o País, não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

porque o mercado internacional não compre soja geneticamente modificada... Não é isso! A patente que os maiores produtores de soja do mundo, Estados Unidos, Brasil e Argentina... Os Estados Unidos e a Argentina abastecem o mundo com soja geneticamente modificada e não tem retaliação de mercado. Mas nós sabemos que o mercado internacional está ávido para impor barreiras. E uma das barreiras que a China tentou impor ao nosso País, recentemente, não porque a nossa soja era geneticamente modificada... Como estávamos impedidos legalmente de cultivar essa soja, eles nos disseram assim, em outras palavras: se vocês não conseguem controlar o que os seus agricultores plantam, como podem ter certeza de que o evento que esse agricultor... Nós dissemos que a análise de risco é feita caso a caso e a comunidade internacional sabe disso. Está aí o Protocolo Internacional de Biossegurança, firmado em fevereiro de 2000, do qual o Brasil ainda não é signatário, mas está bem clara a análise de risco. A análise é feita caso a caso. Se vocês não conseguem controlar o que os seus produtores plantam, como vocês têm certeza de que essa soja geneticamente modificada que os agricultores brasileiros estão plantando é, realmente, do evento GTS-4032, que foi avaliada pela Organização Mundial de Saúde? Será que não é um evento feito nos porões de alguma universidade, de algum instituto de pesquisa, de alguma cooperativa ou de algum outro lugar? Vocês têm certeza? Se vocês nem sabem o que o agricultor planta, como vocês sabem que é seguro? Esses foram os questionamentos!

Nós sabemos que tentam levantar barreiras, como bem disse o Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural. É aí que temos que ter cuidado para não termos um prejuízo enorme, porque a capacidade produtiva do Brasil faz inveja. Os nossos custos de produção são baixíssimos, comparados aos custos de produção do hemisfério norte. E isso causa preocupação, tanto é que queriam pagar para o produtor brasileiro não produzir soja - estamos bem lembrados desse fato. E agora vamos dar motivos?

Então, como resultado dessa preocupação do Estado do Paraná, fizemos essa campanha de esclarecimento. Quando estivesse legalmente permitido, aí sim, a conversa seria outra. Tanto é que o Estado do Paraná - para resumir, porque eu me empolgo, começo a falar e vou avante - baixou uma portaria que dizia que toda semente de fora que entrasse no Estado teria que ter o certificado de não-transgenia. Tem que ter um laudo de análise de que aquela semente não é geneticamente modificada. Além de uma portaria, que já tinha sido baixada anteriormente, dizendo que qualquer OGM que entrasse no Estado, mesmo que para fins de pesquisa, tinha que ser comunicado e ter autorização da Secretaria de Agricultura. Então, o que o Estado do Paraná fez foi isso, para evitar problemas futuros na comercialização de sua safra.

O SR. NILDER COSTA - Com relação a sua pergunta, primeiro, eu tenho dúvidas se realmente deveríamos classificar a atitude dos produtores gaúchos como vergonhosa...

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDERGAN (FALA FORA DO MICROFONE) -
Entre aspas.

O SR. NILDER COSTA - “Vergonhosa”, entre aspas, tudo bem. Muito bem, quando plantou a chamada soja maradona, que é a soja transgênica contrabandeada da Argentina.

O que eu acho mais importante de tudo, e não é uma questão apenas do Estado de Mato Grosso, mas uma questão dos produtores brasileiros, é forçar o Congresso Nacional, fazer pressão no Congresso Nacional para que esse assunto seja resolvido, de uma vez por todas, através da legislação.

O que acontece hoje, como já me referi anteriormente, é que não existe a proibição da plantação de soja transgênica no Brasil. Isso foi concedido pela CTNBio, que é o órgão responsável. O que está sendo questionado é a competência da CTNBio. Aliás, há uma tentativa muito forte de desmobilizar, de desmontar a CTNBio, a Comissão Técnica Nacional de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Biossegurança, que é formada por técnicos eminentes, são poucas pessoas, se não me engano, são dezesseis membros com suplentes, inclusive representantes de todos os Ministérios, mas que tem uma decisão vinculativa. Se a CTNBio disser que esta soja não oferece risco, pode ser plantada, der *OK*, como já foi feito, então está *OK*. O que querem fazer? Querem tirar esse poder vinculante da CTNBio para passar a ser disseminado pelos Ministérios, de Meio Ambiente, de Saúde, etc, e cada um daria o seu parecer. Iria fazer uma pulverização da responsabilidade. Aí, sim, senhores, se acontecesse isso e nós não reagirmos, eu ficaria preocupado, sinceramente, se eventualmente se plantasse transgênicos aqui. Nós estaríamos, talvez, criando uma comissão nacional técnica de bioinsegurança, se nós tirarmos essa decisão, esse parecer dos cientistas, porque a questão científica e técnica deve ter um parecer sem paixões.

Eu não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Sr. Eduardo Souza Maria.

O SR. EDUARDO SOUZA MARIA - Sou advogado e assessor da Assembléia Legislativa.

Eu tenho duas perguntas. A primeira é para o Dr. Nilder e a segunda é para a Drª Vânia.

Dr. Nilder, recentemente, foi divulgado que a banana, não sei se por uma falha genética ou por ocupação de uma praga, poderia ser extinta em alguns anos. Sendo verdadeira a afirmação, poderia a biotecnologia, utilizando a transgenia, frear ou impedir essa extinção?

Agora é para a Drª Vânia...

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Não, vamos responder uma e depois a outra.

Com a palavra o Dr. Nilder Costa.

O SR. NILDER COSTA - Bom, eu realmente não sou um biotecnólogo, eu não sei responder essa pergunta, mas o que eu posso dizer é que, primeiro, eu não sei se é correta essa afirmação de que a banana estaria em via de extinção. Eu não sei disso. Mas se for verdadeira, pelo conhecimento que tenho do avanço da biotecnologia até agora, ou da bioengenharia, eu não acredito que seja impossível fazer isso, ou seja, através da biotecnologia garantir que a banana não seja extinta.

Talvez a Drª Vânia tenha algumas informações mais precisas, mas eu não sou um técnico do setor. Lamentavelmente, não sei lhe responder. Saberria responder, sim, se fosse, por exemplo, na área nuclear, na qual se faz a transmutação da matéria. Isso já sabemos fazer, já sabemos transformar chumbo em ouro. Isso já sabemos como se faz.

Bom, eu não sei se satisfiz a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Próxima pergunta.

O SR. EDUARDO SOUZA MARIA - Drª Vânia, poderíamos partir de uma planta geneticamente modificada e obter a planta original? É possível o processo inverso?

A SRª VÂNIA MODA CIRINO - Excelente pergunta, excelente pergunta.

A biotecnologia, hoje, conseguiu dar um passo a mais através dos tais genes exorcistas. Nós damos apelidos aos genes...

Com relação à segurança alimentar dos organismos geneticamente modificados, a Organização Mundial da Saúde exortou os cientistas para que, nas suas construções gênicas, não utilizem mais genes marcadores de antibióticos. Nós usamos genes de resistência a antibiótico como gene marcador, para selecionar as plantas geneticamente modificadas. Muito bem, temos que usar outros genes marcadores, como os genes de tolerância a herbicida, etc. Como temos alguns

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENETICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

processos, alguns protocolos que vão muito bem quando usamos o gene de resistência a antibiótico, o que a ciência fez? Ela conseguiu, na construção gênica, colocar um gene chamado de gene CRE que sintetiza uma proteína que tem uma ação de restrição, que corta o DNA em um sítio específico. Essa proteína sintetizada por esse transgênico vai até aquela inserção transgênica do antibiótico e corta fora, elimina. A ciência, até hoje, conseguiu eliminar um seguimento de DNA do transgene, no caso, o gene de resistência a antibiótico que é mal visto na avaliação de segurança alimentar, tanto é que a Organização Mundial de Saúde disse para, nos próximos eventos, não utilizar mais gene marcador de antibiótico.

Toda essa questão de transferência horizontal de gene para microorganismo, etc, se nós fôssemos entrar em detalhes o Deputado iria cortar a palavra, porque aí seria muito prolongada a explicação. Mas nós conseguimos, de uma planta transgênica, eliminar, através de outro transgênico, alguns segmentos daquele DNA inserido. Nós estamos ainda nessa fase, na evolução dos protocolos e das metodologias científicas.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, a Sr^a Solange.

A SR^a SOLANGE - O meu nome é Solange. Sou advogada e sou do GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, uma organização não governamental.

Senti-me um pouco incomodada quando se colocou em cheque e no mesmo nível todas as organizações não governamentais. Eu acho que nós precisamos rever um pouco essa avaliação com relação às organizações.

Para informação, nós tivemos um deputado da região da Amazônia que solicitou, requereu uma CPI sobre as organizações e nada foi comprovado, justamente porque pairava essa dúvida de que as organizações estavam a serviço de interesses internacionais. Portanto, nós precisamos rever um pouco essa avaliação com relação às ONGs.

Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu quero colocar que nós vamos discutir isso num ambiente próprio. Não é a pauta de agora...

A SR^a SOLANGE - Eu acho que sim porque que foi citado o pouco trabalho das organizações.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Nós não podemos discutir o que não está em pauta.

Eu lhe peço tolerância nesse aspecto, para que possamos conduzir e terminar os trabalhos.

A SR^a SOLANGE - Está certo, Deputado.

De qualquer forma, a organização é um espaço de controle social e acho que nós precisamos parar um pouco com esse discurso maniqueísta. O GTA, Grupo de Trabalho Amazônico, justamente, defende o que foi falado pela Dr^a Vânia, que a discussão de transgênico tem que ser pautada nos impactos ambientais e no impacto da saúde. Nos espaços que participei, em todas as discussões, a nossa reivindicação é justamente essa. Ninguém aqui é contra ou a favor. As organizações não são contra ou a favor. O que se espera é um maior estudo sobre os transgênicos. É essa a nossa reivindicação.

Para terminar, como é uma Audiência Pública, a nossa solicitação, e aí é para o Deputado Zeca D'Ávila, é que se faça uma discussão mais disseminada no Estado. Nós tivemos um encontro com os trabalhadores da agricultura, os pequenos produtores rurais, e a discussão de transgênicos é insipiente. Eles não têm clareza. Mesmo para nós já é difícil. Essa discussão não está chegando aos produtores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ORGANISMOS
GENÉTICAMENTE MODIFICADOS, REALIZADA NA FAMATO, NO DIA 08 DE MAIO DE
2003, ÀS 14:00 HORAS.

Fica aqui uma sugestão, para que se leve essa discussão para os trabalhadores rurais. E outra, também, vamos tentar centralizar... Quando se fala de tecnologia, de pesquisa, eu acho que a universidade precisa de incentivo. Essa é uma reivindicação, que se dê uma maior atenção para esses espaços de pesquisa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado pela sua contribuição.

Já tínhamos essa proposta e nós vamos estudar com o Presidente da Assembléia Legislativa a possibilidade de se fazer mais discussões durante esta Legislatura. Nós achamos que a Assembléia Legislativa precisa andar um pouco mais pelo interior e eu espero contribuir com essa andança por este Estado que é tão grande.

Com a palavra, o Sr. Nilder Costa.

O SR. NILDER COSTA - Solange, eu sei que você se sentiu incomodada, mas eu quero dizer que, primeiro, eu não fui genérico. Eu falei de algumas ONGs e citei aqui nominalmente o *Greenpeace*, como poderia citar muitas outras que atuam direta e comprovadamente contra os interesses do País. Isso está demonstrado, inclusive temos um livro publicado sobre isso, *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*.

Era só para esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Ao encerrar esta Audiência Pública, deixo os meus agradecimentos ao Presidente da Assembléia Legislativa e a todos os Deputados que aprovaram o Requerimento e agradeço à Dr^a Vânia Moda Cirino, ao Dr. Nilder Costa, ao Sr. Vicente José Phul, pela participação, e a todos que participaram desta discussão.

Com certeza, faremos outras discussões, desta e de outras naturezas, que necessárias forem, para que possamos ter uma maior participação da sociedade.

Agradeço, também, a presença do Sr. Homero Pereira Alves, Secretário de Estado Desenvolvimento Rural, bem como à Federação da Agricultura de Mato Grosso, por nos ter cedido o espaço. Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;

Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.